



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA TRIÂNGULO MINEIRO

Transcrição da 149ª Reunião Extraordinária, realizada em 07 de dezembro de 2020

1 Em 07 de dezembro de 2020, reuniu-se extraordinariamente a Unidade
2 Regional Colegiada Triângulo Mineiro – URC TM, do Conselho Estadual
3 de Política Ambiental - Copam, por meio de videoconferência, conforme
4 condições estabelecidas pela deliberação conjunta COPAM/CERH-MG nº
5 19/2020, de 24 de abril de 2020. Participaram os seguintes membros
6 titulares e suplentes: Presidente Kamila Borges Alves, da Secretaria de
7 Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad.
8 Representantes do Poder Público: José Roberto da Silva, da Secretaria de
9 Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA; Charles
10 Rodrigues Campos, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento
11 Econômico - SEDE; Linamar Gonçalves de Souza, da Secretaria de
12 Educação de Minas Gerais - SEE; Carla Vieira Alvarenga, da Secretaria de
13 Estado de Infraestrutura e Mobilidade – SEINFRA; Renato Jacomo
14 Manzan, da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais –
15 EPAMIG; Rugislaine Dias Alves de Zoppa, do Instituto Mineiro de
16 Agropecuária - IMA; 1º Ten. Cristiano Corrêa Lemos, da Polícia Militar do
17 Estado de Minas Gerais – PMMG; Michel Sinclair Rodrigues, do Conselho
18 Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais – Crea/MG; Carlos
19 Alberto Valera, do Ministério Público de Minas Gerais – MPMG; Maria
20 Clara Machado Alessi Ferreira, da Prefeitura de Uberlândia;
21 Representantes da Sociedade Civil: Maria Eduarda Rodrigues da Cunha e
22 Gonçalves, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais –
23 FIEMG; João Henrique Vieira da S. de P., da Federação da Agricultura e
24 Pecuária do Estado de Minas Gerais – FAEMG; Bertholdino Apolonio
25 Teixeira Júnior, da Associação das Indústrias Sucroenergéticas de Minas
26 Gerais –SIAMIG; Anderson Aprígio Cunha Souza, da Associação Brasileira
27 de Geração de Energia Limpa – ABRAGEL; Tatiana Tannús Grama, da
28 Ambiente e Educação Interativa – AMEDI; Rodrigo da Silva Carvalho, da
29 Associação Regional de Proteção Ambiental de Santa Vitória; Marizélia
30 Gomes Costa, do Instituto Agronelli de Desenvolvimento Social – Instituto
31 Agronelli; Eduardo Rodrigues Ferreira, da Universidade do Estado de
32 Minas Gerais – UEMG; Mauro das Graças Mendonça, do Instituto Federal
33 de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM; Felipe
34 Pimenta de Almeida, da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/MG. **1.**
35 **EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Presidente Kamila
36 Borges Alves: “Prezados Conselheiros, boa tarde. Vamos dar início à
37 nossa pauta. A gente já verificou que nós temos quórum para instalação
38 da nossa reunião. A partir de agora, 14h03, dou início à reunião da 149ª

39 Reunião Extraordinária da Unidade Regional Colegiada Triângulo Mineiro
40 – URC TM do Conselho Estadual de Política Ambiental. Para início, eu
41 peço para que todos acompanhem, de pé, a execução do Hino Nacional
42 Brasileiro.” **2. ABERTURA PELA SECRETÁRIA EXECUTIVA DO**
43 **CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL E PRESIDENTE**
44 **DA URC TM, ANA CAROLINA MIRANDA LOPES DE ALMEIDA.”**
45 Presidente Kamila Borges Alves: “Mais uma vez, dar boa tarde para vocês
46 e boas-vindas. Eu passo para o item 2, que é a Abertura pela Secretária
47 Executiva do Conselho Estadual de Política Ambiental e Presidente da
48 URC TM, Ana Carolina Miranda Lopes de Almeida, em que ela passa um
49 memorando para que eu presida essa reunião. Então, vamos lá na leitura
50 do memorando. Memorando SEMAD GabSE COPAM nº 185/2020. Belo
51 Horizonte, 03 de dezembro de 2020. Destinado esse memorando aos
52 Conselheiros da Unidade Regional Colegiada Triângulo Mineiro, do
53 Conselho Estadual de Política Ambiental. Senhores Conselheiros, diante
54 da impossibilidade de comparecimento do titular e do primeiro suplente,
55 representantes do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos
56 Hídricos – SISEMA, junto à Unidade Regional Colegiada Triângulo Mineiro,
57 conforme composição estabelecida pela deliberação COPAM nº1562 de
58 06 de abril de 2020, indico a Sra. Kamila Borges Alves para presidir a 149ª
59 Reunião Extraordinária da Unidade Regional Colegiada do Triângulo
60 Mineiro, que será realizada no dia 07 de dezembro de 2020, às 14h,
61 inteiramente digital, seguindo as deliberações do Comitê Extraordinário
62 Covid-19, além das demais normas relacionadas às ações de combate à
63 pandemia gerada pelo novo Coronavírus. Atenciosamente. Ana Carolina
64 Miranda Lopes de Almeida. Secretária Executiva do COPAM e Presidente
65 da URC Triângulo Mineiro. Eu sou Kamila. Atualmente estou como
66 Superintendente Regional do Triângulo Mineiro. Sou de carreira da
67 SEMAD e estou aqui dentro da Secretaria por volta de 14 anos. Como eu
68 sei que têm alguns Conselheiros que estão participando dessa reunião e
69 que não estiveram na reunião anterior, eu acho importante passar para
70 vocês e a gente testar aqui também, como é que faz para o Conselheiro
71 pedir a palavra para poder se manifestar durante a reunião. Para que seja
72 feita de uma forma ordeira, o que a gente precisa? A gente precisa que
73 vocês levantem a mão, mas no nosso aplicativo. Eu queria pedir para que
74 todos tentassem isso neste momento, pedir para todo mundo levantar a
75 mão para saber se vocês conseguem visualizar. Dá para ir lá em
76 participantes, na parte inferior da tela, está lá, participantes. Vai abrir do
77 lado direito da tela todos os nomes dos participantes e tem um lugarzinho
78 que a gente coloca *raise hand*. É ali que vocês vão clicar e vou esperar
79 todo mundo fazer esse teste para saber se todos estão conseguindo ver
80 esse dispositivo para que a gente avance. Todo mundo conseguiu
81 visualizar? Tem alguém com dificuldade? Se quiser me falar. Renato
82 Manzan, Michel, que ainda não percebi aqui a mãozinha levantada. Michel
83 e Renato, vou pedir para vocês tentarem aí. Se vocês não conseguirem,

84 fala para a gente aqui, para a gente conseguir dar suporte para vocês.”

85 Conselheiro Renato Manzan: “A mãozinha não está aparecendo no meu.”

86 Presidente Kamila Borges Alves: “Não? Então, Renato, o senhor vai fazer

87 o seguinte. Na tela do senhor, na parte inferior está escrito participantes,

88 olha se o senhor visualiza.” Conselheiro Renato Manzan: “Eu fui. Aí

89 apareceu a lista todinha com as mãozinhas em azul. Menos na SEMAD e

90 no meu.” Presidente Kamila Borges Alves: “O senhor precisa, tem uma

91 palavra em inglês, *raise hand*. O senhor vai clicar nela.” Conselheiro

92 Renato Manzan: “Ah. Tá.” Presidente Kamila Borges Alves: “Agora, deixa

93 eu procurar o senhor aqui. Ah, isso mesmo. Agora só falta o Michel, do

94 CREA, por gentileza. Michel está na sala? Conselheiros, eu estou vendo

95 aqui com o pessoal do suporte para a gente ver se o Michel está presente

96 na sala, para que a gente faça o teste com ele. Bom, a gente não

97 consegue contato com o Michel, então, a gente vai dar continuidade com a

98 nossa reunião. E agora todos podem desabilitar a mãozinha e vamos

99 seguir a nossa pauta.” **3. COMUNICADO DOS CONSELHEIROS E**

100 **ASSUNTOS GERAIS.** Presidente Kamila Borges Alves: “Item 3:

101 comunicado dos Conselheiros e assuntos gerais. Algum Conselheiro quer

102 passar alguma informação ou quer fazer o uso da palavra nesse

103 momento? Não havendo nenhum comunicado e nenhum assuntos gerais,

104 então, eu passo para o Item 4.” **4. EXAME DA ATA DA 148ª RO DE**

105 **13/11/2020.** Presidente Kamila Borges Alves: “Exame da Ata da 148ª RO

106 de 13/11/2020. Se todos os Conselheiros estiverem de acordo,

107 permaneçam como estão. Quem estiver contrário às informações que

108 estão na ata, se manifeste. Então, vamos lá. Têm várias mãozinhas aqui

109 levantadas. Dr. Carlos Valera, do Ministério Público.” Conselheiro Carlos

110 Valera: “Boa tarde a todos. Boa tarde, Kamila, minha querida. Espero que

111 todos estejam bem. Kamila, na forma do artigo 11, do ato 02, da

112 Corregedoria, declinar a minha abstenção.” Presidente Kamila Borges

113 Alves: “Certo, doutor. Carlos. O senhor pode baixar a mãozinha. E agora

114 passo para Charles Campos, da SEDE.” Conselheiro Charles Rodrigues:

115 “Boa tarde, Presidente, demais Conselheiros e quem estiver assistindo

116 essa reunião. Não é nada contra, é só um detalhezinho na linha 1463, é só

117 a palavra que está escrito desjunção, mas, na realidade, é disjunção.”

118 Presidente Kamila Borges Alves: “Certo.” Conselheiro Charles Rodrigues:

119 “Só fazer essa correção e o resto da ata, tudo de acordo.” Presidente

120 Kamila Borges Alves: “Agora, eu passo a palavra para o Conselheiro João

121 Henrique, da FAEMG. Conselheiro Charles, você pode baixar a mãozinha

122 no aplicativo.” Conselheiro João Henrique Vieira: “Boa tarde a todos. Boa

123 tarde, Presidente. Só uma consideração, que na última reunião eu não

124 estava presente. Era o Conselheiro titular, então, só por esses motivos

125 mesmo da minha abstenção, ok?” Presidente Kamila Borges Alves: “Tá

126 certo, João Henrique. Obrigada. Eu até já comentei isso na reunião

127 anterior, mas é importante a gente frisar novamente, que pode haver,

128 aliás, deve haver a comunicação entre o titular e os suplentes da cadeira

129 que representa aqui na URC porque pode, sim, haver a votação mesmo
130 que aquele Conselheiro não esteja presente. Porque, na verdade, vocês
131 representam a instituição.” Conselheiro João Henrique Vieira: “Então, ok.
132 Então, pode desconsiderar e ter como aprovada.” Presidente Kamila
133 Borges Alves: “Tá bom. Então, voto a favor. Considerando apenas a
134 abstenção do doutor Carlos e nenhum voto contra. A ata da 148ª Reunião,
135 do dia 13 de novembro de 2020 foi aprovada pela maioria. Pessoal do
136 suporte está só colocando aqui para a gente ir acompanhando. Agora a
137 gente segue. A ata foi aprovada e a gente segue para o Item 5.” **5. AS**
138 **UNIDADES REGIONAIS COLEGIADAS (URCS) E A POLÍTICA**
139 **PÚBLICA AMBIENTAL REGIONALIZADA. APRESENTAÇÃO: SEMAD.**
140 Presidente Kamila Borges Alves: “É uma apresentação a respeito das
141 Unidades Regionais Colegiadas e a Política Pública Ambiental
142 Regionalizada. Apresentação: SEMAD.” Mauro Manzali Bonaccorsi,
143 ASGER/SEMAD: “Boa tarde, Kamila. Tudo bem?” Presidente Kamila
144 Borges Alves: “Tudo bem.” Mauro Manzali Bonaccorsi, ASGER/SEMAD: “É
145 Mauro que está falando, da ASGER. Vamos fazer a apresentação agora.
146 Só carregar o *slide*. Só um minutinho, gente. Kamila?” Presidente Kamila
147 Borges Alves: “Oi, Mauro.” Mauro Manzali Bonaccorsi, ASGER/SEMAD:
148 “Eu estou com uma certa dificuldade, que eu...” Presidente Kamila Borges
149 Alves: “É? Sabe o que a gente pode fazer? Vamos inverter.” Presidente
150 Kamila Borges Alves: “Vamos fazer agora o Item 6. Sistema de
151 Licenciamento Ambiental com o Daniel, se ele estiver pronto. E depois a
152 gente volta com você. Daniel? Oi, Daniel. Boa tarde.” Daniel Gonçalves,
153 SEMAD: “Boa tarde.” Presidente Kamila Borges Alves: “Vamos começar.
154 Vamos fazer essa inversão e passar a palavra para você, então, fazer a
155 apresentação para a gente do Sistema de Licenciamento Ambiental, e
156 depois a gente retorna no Item 5, depois que o Mauro conseguir se
157 restabelecer, está bom? Obrigada.” Daniel Gonçalves, SEMAD: “Está
158 ótimo. Boa tarde, Kamila, novamente, demais Conselheiros. Prazer estar
159 com vocês. Vou abrir aqui a minha apresentação para a gente iniciar.”
160 Mauro Manzali Bonaccorsi, ASGER/SEMAD: “Só um minutinho. Kamila?”
161 Presidente Kamila Borges Alves: “Oi, Mauro.” Mauro Manzali Bonaccorsi,
162 ASGER/SEMAD: “Deixa eu te falar, eu acho que consegui aqui carregar a
163 apresentação.” Presidente Kamila Borges Alves: “Tá ótimo. Está aqui
164 mesmo. Daniel, então a gente aguarda.” Daniel Gonçalves, SEMAD:
165 “Ótimo.” Mauro Manzali Bonaccorsi, ASGER/SEMAD: “Desculpa, Daniel,
166 porque eu não sei o que está acontecendo, meu computador anda bem
167 lento. Para carregar esses *slides* demorou um pouquinho. Desculpem a
168 todos pela dificuldade momentânea que eu tive. Eu quero desejar boa
169 tarde. Cumprimento a todos Conselheiros e Conselheiras na pessoa da
170 Presidente Kamila Alves Borges. Vou também cumprimentar aqui todos os
171 funcionários que estão acompanhando a reunião e também aos membros
172 da sociedade civil. Vamos dar início. Já me apresentei antes, mas repito,
173 Mauro Manzali Bonaccorsi. Eu sou vinculado à Assessoria de Gestão

174 Regional, que é uma das assessorias do gabinete da SEMAD. E o que nós
175 fazemos na assessoria? Trabalhamos com as regionais em três frentes.
176 Uma, é a de fazer o atendimento de demandas que vêm de órgãos de
177 controle e a ASGER seria um deles, e o outro seria a ouvidoria. Nós
178 fazemos um papel de apoio junto às regionais colhendo os
179 posicionamentos para servir de instrução de processos periciais, assim
180 como também uma manifestação e posicionamento institucional em
181 relação a essas eventuais reclamações que se faz pelo canal da
182 ouvidoria.” Presidente Kamila Borges Alves: “Mauro, eu vou te interromper
183 só um instantinho.” Mauro Manzali Bonaccorsi, ASGER/SEMAD: “Tudo
184 bem.” Presidente Kamila Borges Alves: “Só para você tentar colocar a tela
185 de apresentação em modo de tela cheia.” Mauro Manzali Bonaccorsi,
186 ASGER/SEMAD: “Ela não está?” Presidente Kamila Borges Alves: “Não.
187 Você tem que ir lá naquele ícone perto do *zoom* e clicar para sair como
188 apresentação em *slide*. Sabe?” Mauro Manzali Bonaccorsi,
189 ASGER/SEMAD: “Sim, no *PowerPoint*?” Presidente Kamila Borges Alves:
190 “Isso. Lá perto, na parte inferior onde está o *zoom*, está lá 80%. Você está
191 vendo?” Mauro Manzali Bonaccorsi, ASGER/SEMAD: “Sim.” Presidente
192 Kamila Borges Alves: “Então, do lado dele tem um ícone, do lado
193 esquerdo. Do seu lado esquerdo. Isso. Aí mesmo.” Mauro Manzali
194 Bonaccorsi, ASGER/SEMAD: “Perfeito agora, gente?” Presidente Kamila
195 Borges Alves: “Agora, sim.” Mauro Manzali Bonaccorsi, ASGER/SEMAD:
196 “Retomando aqui, a segunda frente de trabalhos da ASGER se concentra
197 no trabalho de fazer a otimização na revisão de processos para dar
198 procedimentos padronizados que otimizam os trabalhos. Um exemplo
199 disso foram as próprias reuniões de URC, foi feito um trabalho de
200 padronização para que todas funcionassem da mesma forma. O outro
201 exemplo de acompanhamento dessa frente de trabalho foi no Sistema de
202 Processamento de Licenciamento Digital. Um terceiro trabalho que a
203 ASGER desempenha seria justamente o apoio às formulações de políticas
204 ambientais regionalizadas. A ASGER desenvolve ferramentas que podem
205 ser utilizadas, os senhores vão ver mais à frente, e assim como fazer esse
206 trabalho de apoio que, inclusive, estamos fazendo através dessa
207 apresentação. Apoiá-los para se formar uma agenda ambiental para a
208 URC Triângulo Mineiro, que abrange o território da SUPRAM. Então, nós
209 vamos lá, eu queria, antes de mais nada, deixar bem claro aqui para os
210 senhores, que essa apresentação, assim como um documento em *Word*,
211 onde vão estar todos os *links* para os pontos, para as ferramentas que nós
212 vamos apresentar ao longo dessa apresentação, estão lá. Depois vai ser
213 encaminhado para os senhores para leitura e a gente vai solicitar também
214 a resposta a um questionário, para saber o que cada Conselheiro, cada
215 instituição a que ele representa pensa em desenvolver em políticas
216 públicas para a região do Triângulo Mineiro. Então, vamos começar. A
217 importância do papel dos Conselheiros como membros de órgãos
218 colegiados do COPAM. Na última reunião dos senhores foi apresentado o

219 Diálogos com o SISEMA. Anteriormente ao Diálogos com o SISEMA,
220 existia o Bate-Papo com o SISEMA. É a mesma formulação. Era um ciclo
221 de palestras, que era apresentado, e foi a partir de 2007. O primeiro tema,
222 a primeira reunião do Bate-Papo com o SISEMA, foi justamente política
223 pública ambiental, dada a relevância do tema. À época foram convidados,
224 participaram o renomado sociólogo Rudá Ricci e também a professora
225 Telma Menicucci, da Fundação João Pinheiro e também professora na
226 UFMG. Eles destacaram que o processo de políticas públicas ambientais
227 ou políticas públicas qualquer, é um processo contínuo de construção e
228 reconstrução e deve se buscar sempre a participação de todos, todos os
229 segmentos, todos os interessados, todos aqueles que são atingidos pela
230 política pública. Rudá Ricci coloca justamente a questão da educação. A
231 educação é um valor imbricado, tem guarda imanente, inerente com o
232 exercício da cidadania. Você tem que ter educação para poder exercer a
233 cidadania. E é o exercício da cidadania que está sendo colocado aqui para
234 os senhores até como uma gestão participativa. Se os senhores
235 Conselheiros mesmo refletirem, a própria composição da URC, os
236 Conselheiros, eles vêm de segmentos distintos da sociedade, segmento
237 público, segmento privado, terceiro setor, ONGs. E é a partir dessa
238 conjunção de ideias, de pensamentos, de cada corrente é que se faz, com
239 êxito, uma política pública. Entre as competências da URC estão lá
240 espriados novos incisos sustentar segmentos de políticas públicas
241 ambientais. Essas políticas públicas que estão aí, os senhores, no Decreto
242 nº 46.953/2016, elas se concentram em três frentes. Quais seriam? Os
243 senhores podem trabalhar política pública através de estabelecimento de
244 normas secundárias, o que seria isso? É uma complementação de
245 regramentos, por exemplo, licenciamento para atender essas
246 especificidades de determinada região ou microrregião exigindo um *plus*,
247 algo a mais para atender essas especificidades. Outra forma de trabalhar
248 políticas públicas são os arranjos institucionais, a interlocução que se faz
249 com outros setores ou outras entidades, sejam públicas, sejam privadas,
250 estão também motivadas a desenvolver, perseguir um objetivo, uma
251 política pública em determinado sentido. É o que se chama sinergia ou
252 políticas públicas integradas. E a terceira forma de trabalhar política
253 pública seria através de um estudo de um cenário ambiental e, a partir
254 dele, propor ações. E essas ações, elas também precisam de um
255 acompanhamento através de monitoramento contínuo. Então, são formas
256 de políticas públicas ambientais que a gente pode trabalhar. Para isso, é
257 importante os senhores terem também um conhecimento de como está o
258 pensamento do estado em relação a determinadas políticas. Seriam elas,
259 então, encontradas dentro do PMDI, que é um plano que vem de longos
260 anos, onde são definidas as ações estratégicas dos estados. Objetivos
261 principais que ele costuma seguir. E esse PMDI, ele é, de certa forma,
262 fatiado, existe o plano plurianual de ações governamentais. O que vai se
263 buscar, executar nos primeiros quatro anos? Depois de passar os

264 primeiros quatro anos, nos próximos quatro anos, e assim por diante.
265 Neles, nesses dois planos, estão previstas quais são as ações. Onde que
266 o estado pretende fazer investimentos para implementar, executar políticas
267 públicas. E é importante também saber onde está reservada a verba, a
268 dotação orçamentária para isso. Interessante os senhores também terem o
269 conhecimento da LDO e da LOA, orçamentária anual. Todas essas, o
270 PMDI, o PPAG, a LOA, a LDO, eles estão no nosso documento que a
271 gente vai encaminhar para os senhores, nos *links*, a partir disso, vamos
272 clicar e vão ter acesso a todos eles. O próprio SISEMA também tem os
273 seus objetivos estratégicos desenhados no mapa, o Mapa do Caminho. E
274 ele tem fundamentos em quatro pilares. Quais seriam? Aprendizagem e
275 conhecimentos, onde ficam voltados os objetivos estratégicos
276 internamente, para os servidores, para a própria administração. Temos
277 ainda os processos internos, onde estão definidos objetivos para as áreas
278 finalísticas do SISEMA e também para a área veia, gestão financeira, e
279 temos também um trabalho, fundamentos que são objetivos para o público
280 alvo externo, então seria para os empreendedores, para o governo,
281 cidadão, das entidades representativas. E por fim, temos o fundamento, o
282 principal que todos os demais também buscam incontestavelmente, que
283 são os objetivos protetivos da biodiversidade, recursos naturais. E também
284 promover a melhoria da qualidade e sustentabilidade ambiental de Minas
285 Gerais. Apresentados os objetivos, eu passo aqui para vocês como se faz
286 ou quem faz esses objetivos serem implementados. Temos três
287 macroprocessos finalísticos e um macroprocesso de apoio, de suporte na
288 área bio, porque sem ela, ficará inviável ou muito dificultoso de se fazer a
289 implementação dos macroprocessos finalísticos. Os senhores
290 Conselheiros, assim como os dirigentes das casas, das quatro casas que
291 compõem o SISEMA, estariam no primeiro processo finalístico, que é
292 justamente onde se faz a definição das estratégias e das políticas
293 ambientais a serem perseguidas. O segundo macroprocesso de
294 conservação, preservação e recuperação dos recursos naturais envolve a
295 área fim de cada uma das casas, conforme agenda azul, que é do IGAM,
296 agenda verde, que seria do IEF, e a agenda marrom, que é da FEAM. Já a
297 SEMAD, nessa área, nesse macroprocesso, ela desenvolve as atividades
298 de fiscalização e também a de regularização. O último macroprocesso
299 finalístico que é pesquisa, desenvolvimento e inovação, ele está
300 espalhado. Não existe um setor definido em nenhuma das casas por
301 enquanto, mas podemos dar exemplo, a inovação, por exemplo, com a
302 implantação do sistema de licenciamento digital. Também temos, por
303 exemplo, a Revista Mineira de Recursos Hídricos. Uma revista científica
304 patrocinada pelo IGAM. Agora, vou apresentar para os senhores,
305 rapidamente, as ferramentas de apoio à gestão ambiental do SISEMA, que
306 os senhores podem consultar, inclusive, para responder ao questionário
307 que vou falar ao final dessa apresentação. Nós temos, então, no SISEMA,
308 essas ferramentas. O mais interessante, importante, onde reúne todos de

309 forma interativa, é a infraestrutura de dados espaciais, a IDE. Na verdade,
310 é um *site*, um portal, um *site*, onde existe, inclusive, um mapa com mais de
311 100 camadas. Os senhores vão selecionando e vão identificando, tanto a
312 nível de Minas Gerais quanto o seu próprio, também poderão selecionar a
313 nível da região do Triângulo Mineiro para verificar como que está a
314 questão, as fiscalizações, recursos naturais, as proteções que estão sendo
315 implementadas, enfim, são muitas e muitas camadas, recursos hídricos,
316 por exemplo. Os senhores podem ver lá a quantidade de cadastro de uso
317 significativo de recurso mineiro, quantidade de outorgas que foram dadas
318 para a região dos senhores ou para outra região ou para Minas Gerais,
319 enfim. Temos aqui também os relatórios da fiscalização. Temos também
320 outro instrumento que é avaliação ambiental integrada composta, tem a
321 parte estratégica, o zoneamento ambiental, zoneamento ecológico
322 econômico. Temos o relatório de monitoramento da governança da gestão
323 das águas de Minas Gerais, desenvolvido pelo IGAM. E temos o próprio
324 sistema de licenciamento ambiental. Outra forma que os senhores
325 Conselheiros, senhoras Conselheiras podem também trabalhar na política
326 pública é abraçando projetos que já estão em curso. O SISEMA, hoje, nós
327 temos lá dentro da SEMAD, a Subsecretaria de Gestão Ambiental, ela tem
328 uma diretoria onde está em desenvolvimento, mas ela está desenvolvendo
329 esse Banco de Projetos SISEMA. Então, vai pegar todas as casas e pegar
330 todos os projetos que estão em desenvolvimento e eles vão ser reunidos
331 numa diretoria e vai ser muito mais facilitado a gente poder fazer o
332 trabalho de, caso essa URC deseje, vamos buscar prestar apoio para
333 projetos em curso, aí ficaria mais fácil da gente trabalhar junto a essa
334 diretoria. Outra forma, as formas de apoio, então, pode ser: auxiliar na
335 captação de recursos, não necessariamente financeiros, para o
336 desenvolvimento de um projeto, às vezes, são necessários recursos
337 humanos na região, facilitar o trabalho ou outras formas de apoio, uma
338 sala onde se faça uma reunião, enfim. Existem formas e formas de se
339 prestar auxílio na forma de captação de recursos. Outra forma também
340 que poderia ser é através da interlocução (ÁUDIO RUIM) partes
341 interessadas naquele tema, em desenvolver ações naquele sentido, então,
342 os senhores dentro da região do Triângulo, imagino que deva ter pessoas
343 de várias cidades diferentes, delas buscarem essas relações com essas
344 pessoas para se buscar o desenvolvimento de políticas públicas, até
345 mesmo na própria microrregião do Triângulo Mineiro. E a outra forma que
346 teríamos seria a parte da divulgação desses projetos e ações, dentro das
347 suas regiões de atuação no Triângulo Mineiro, buscando engajamento das
348 populações locais. Agora vamos falar um pouquinho mais sobre a ASGER.
349 Apresentei lá no início as três principais atividades desenvolvidas na
350 ASGER, mas aqui nós vamos falar justamente do núcleo de estratégia
351 regionalizadas, que é onde eu trabalho. Nós temos esse trabalho de
352 acompanhar e monitorar o desempenho das SUPRAMs, das ações de
353 fiscalização e promover mecanismos de suporte em ação de política

354 ambientais regionais. Então, os senhores não estão sozinhos, nós vamos
355 trabalhar juntos, fazer uma agenda e depois a implementação do que foi
356 definido na agenda de política pública. Eu comentei com os senhores que
357 temos ferramentas que estão sendo desenvolvidas ou já foram
358 desenvolvidas. Por exemplo, o IRA licenciamento, ele é uma ferramenta
359 que já foi desenvolvida, inclusive, foi atualizada. Primeiro se fez para os
360 anos 2016 a 2018, e depois foram novamente desenvolvidos para o ano
361 de 2019. Como funcionaria o IRA licenciamento? Rapidamente: nós
362 fizemos esse trabalho fazendo uma concatenação, uma vinculação da
363 base de dados da fiscalização com a base de dados da regularização da
364 área de licenciamento. O que se verificou? Depois de uma autuação, um
365 empreendimento, ele realmente, ele custou a regularizar-se ou
366 permaneceu em atividade de forma irregular. Isso gera um índice, e além
367 do índice, passa a identificação de quais são as regiões mais críticas e
368 quais são as regiões onde houve realmente a regularização e não tem
369 mais esses problemas de desenvolvimento de atividade de forma irregular.
370 Na região do Triângulo Mineiro, quais são as atividades onde se identificou
371 maior quantidade de infrações em decorrências à permanência na
372 irregularidade após a fiscalização, uma autuação (ÁUDIO RUIM). Seriam
373 mais nessa parte de horticultura, culturas anuais, silviculturas e cultivos
374 agrossilvipastoris, loteamento de solo urbano, extração de areia, areia e
375 cascalho, que é uma modalidade de mineração, não é só minério de ferro,
376 e também com postos revendedores, postos de combustíveis. São essas
377 as atividades onde se detectou, pelo IRA Licenciamento, que há maior
378 permanência de irregularidade dentro da região dos senhores. Quando
379 você espacializa também, colocam no mapa, facilita identificar onde que
380 são as regiões, essas regiões que estão com mancha são as regiões onde
381 se detectou maior recorrência. O desempenho de atividades irregulares,
382 mesmo após terem sofrido uma autuação ou uma multa. Estamos agora já
383 na fase concluindo, outro IRA, que é o Índice de Regularização Ambiental
384 Hídrico. É o mesmo raciocínio, só que ao invés de licenciamento, aqui se
385 trabalha com o cadastro de uso de recursos hídricos ou outorga, outorga
386 para uso de recursos hídricos. Então, já foi feita agora no município, já
387 desenvolveu, já está inclusive próximo de publicar. Fizemos um trabalho
388 que abrange 2016 a 2019 já de uma vez. É a mesma sistemática de
389 identificar quais empreendimentos que permaneceram irregulares após
390 terem sido autuados, multados e continuam com sua utilização. Além
391 desses dois projetos que já apresentamos, que são as ferramentas dos
392 IRAs, temos também um projeto que está em curso, que é para verificar a
393 efetividade da política autodeclaratória para o licenciamento ambiental.
394 Porque depois que foi implementado o licenciamento digital, a modalidade
395 que nós chamamos de LAS Cadastro, licença ambiental simplificada, de
396 cadastro, ela está sendo a atividade que tem mais cadastramento, mais
397 registro de licenciamento. E ela é feita totalmente por conta do
398 empreendimento. O empreendedor que está licenciando aquele

399 empreendimento. Então, verifiquem os senhores nesse quadro, que o LAS
400 cadastro, ele no ano de 2018, ele respondeu por 66% de todos os
401 processos de licenciamento e em 2019 por 61% a 62%. O que nós
402 buscamos com esse projeto? É verificar, não é consentir, procurar uma
403 posterior fiscalização mais rigorosa, porque muitas das vezes o próprio
404 empreendedor, o empreendimento, por não conhecimento, eles acabam
405 fazendo confusão e fazem determinadas declarações que não eram as
406 esperadas para o preenchimento dos cadastros. Estamos vendo isso para
407 fazer um trabalho de conduzir todas as pessoas que tiveram falhas no
408 cadastramento, para elas fazerem a correção. A gente busca é justamente
409 a regularização de todos. Outro projeto que está em curso, inclusive ele
410 está com verba já carimbada, provisionada, FUNDIF, é esse que é o
411 Projeto de Ordenamento Territorial Dinâmico, então ele foi habilitado pelo
412 Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Difusos - CEDIF, e ele tem,
413 entre os objetivos gerais, justamente promover política ambiental de forma
414 regionalizada, senhores. Nós vemos aí que existe uma perspectiva boa de
415 se fazer trabalhos de políticas públicas amparado no guarda-chuva que é
416 o projeto de ordenamento territorial dinâmico. É algo que deve ser
417 pensado com carinho. Os outros objetivos estão aqui, instrumento de
418 gestão ambiental e de recursos hídricos, fazendo desenvolvimento e
419 avaliação; metas de qualidade ambiental e aproximação do SISEMA com
420 a comunidade acadêmica, com as universidades, com as usinas de ideias.
421 Outra modalidade de ferramenta que a ASGER desenvolveu é o painel de
422 monitoramento das atividades dela, em que houve reflexiva, ela reflexa,
423 ela atende também para se fazer esse desenvolvimento de políticas
424 ambientais. Por quê? Porque ela traz aqui toda a gama, então, os
425 senhores poderão ver de forma fácil, facilitada, acessar, por exemplo, a
426 ouvidoria. Vão saber, dentro da região dos senhores, o que a população
427 vem encaminhando de reclamações ou elogios também. Ouvidoria não é
428 só reclamação. O que está sendo feito para trabalhar em cima disso para
429 melhorias contínuas, para atender melhor a região. A mesma coisa, nós
430 temos aqui para a Advocacia Geral do Estado, os senhores vão ter
431 conhecimento do que de processos que estão entrando e os que estão
432 tendo saída. O que versam nesses processos. E temos o próprio IRA, que
433 já tem como também ser acessado através dessa ferramenta, entre outros
434 projetos. Estamos aqui encerrando a reunião. Eu comentei com os
435 senhores que todo esse material, esses *slides*, tem material escrito em
436 *Word* com todos os *links* e também nesse trabalho escrito, desenvolvido,
437 tem ao final todos os contatos das pessoas da ASGER para eventuais
438 dúvidas ao depararem com o questionário e tiver eventual dificuldade de
439 responder, podem nos contatar. O questionário vai estar nesse formulário
440 do *Google*, nesse *link*. Não há necessidade dos senhores anotarem agora
441 porque vai ser encaminhado junto com os documentos esse *link* para os
442 senhores acessarem. E temos a expectativa dos senhores, num prazo de
443 20 dias, poderem desenvolver a leitura de tudo que foi apresentado aqui e

444 buscar responder ao questionário porque ele vai ser importante para a
445 gente, em um segundo momento, desenvolver uma análise em cima dele e
446 fazer a perspectiva do que a gente vai poder trabalhar e formarmos,
447 juntos, uma agenda de políticas públicas ambientais para o Triângulo
448 Mineiro. Eu agradeço a atenção dos senhores, procurei ser o mais breve
449 possível. E, enfim, dou fim a nossa apresentação e coloco-me à disposição
450 para eventuais dúvidas que os senhores terem e me perguntarem agora, e
451 faço a entrega também da palavra para a presidente da reunião. Muito
452 obrigado.” Presidente Kamila Borges Alves: “Obrigada, Mauro. Acho que
453 tem muita informação útil para a gente, tanto que trabalha aqui, de uma
454 certa forma tem uma relação íntima com as atividades da SEMAD, que
455 realmente vale a pena fazer o questionário, participar do questionário,
456 todos tenham, inclusive, mais informações. Tem alguém que quer fazer
457 algum questionamento do Mauro? Se quiser, levanta a mão, que aí eu
458 passo a palavra. Bom, Mauro, muito obrigada.” Mauro Manzali Bonaccorsi,
459 ASGER/SEMAD: “De nada. Eu agradeço e, como provavelmente é a
460 última oportunidade, desejo um Feliz Natal para todos que estão aqui
461 ouvindo, Conselheiros e Conselheiras, para você, Kamila, e para todos os
462 funcionários e às pessoas que estão acompanhando a reunião. Desejo
463 uma boa continuidade na reunião. Muito obrigado.” Presidente Kamila
464 Borges Alves: “Obrigada você, Mauro.” **6. SISTEMA DE LICENCIAMENTO**
465 **AMBIENTAL - SLA. APRESENTAÇÃO: SEMAD.** Presidente Kamila
466 Borges Alves: “Bom, pessoal, agora a gente vai para o Item 6: Sistema de
467 Licenciamento Ambiental - SLA. Apresentação: Semad. Agora sim, o
468 Daniel para falar para a gente sobre o sistema de licenciamento ambiental
469 – SLA.” Daniel Gonçalves, SEMAD: “Vamos lá. Vou só abrir a
470 apresentação. Só um minutinho. Apareceu?” Presidente Kamila Borges
471 Alves: “Apareceu. Falta só você... Isso, está certinho, Daniel. Está ótimo.”
472 Daniel Gonçalves, SEMAD: “Boa tarde de novo. Kamila, demais
473 Conselheiros. Meu nome é Daniel Gonçalves. Eu trabalho na diretoria de
474 estratégia e regularização e articulação com órgãos e entidades
475 intervenientes da SEMAD. Aqui eu vou expor um pouquinho para vocês
476 tudo que a gente tem... Acho que tem algum áudio ligado, gente. Acho que
477 agora deu. Bom, pessoal, o Sistema de Licenciamento Ambiental em
478 Minas Gerais, ele entrou em operação no dia 05 de novembro de 2019.
479 Então, nós temos mais de um ano da sua operacionalização na SEMAD. A
480 questão do licenciamento eletrônico existe no Brasil, em outros estados,
481 Rio Grande do Sul tem o seu. São Paulo, agora, também vem com essa
482 vertente, outros estados. Tudo na vertente de simplificação do processo e
483 racionalização do mesmo, no sentido de eliminar algumas etapas que são
484 burocráticas e são desnecessárias. Nós passamos da ótica do processo
485 físico para o processo eletrônico. E nós colhemos em 2020 os frutos,
486 desde a redução de custos diretos com a constituição de pastas físicas,
487 impressão, até custos indiretos do empreendedor que não tem mais que ir
488 pessoalmente na regional apresentar sua documentação no processo. Os

489 ganhos são enormes em termos de eficácia. E nós continuamos com esse
490 projeto, o licenciamento ambiental. Um sistema tem a sua complexidade,
491 que ele é inerente, várias regras envolvidas. E a gente tem outras fases
492 que ainda não estão acobertadas pelo sistema de licenciamento
493 ambiental, que continuam sendo construídas. Ainda está pendente de
494 serem lançadas ferramentas como a emissão de pareceres eletrônicos, a
495 participação popular dentro do processo eletrônico, que é a própria tônica
496 do licenciamento ambiental, nós também pretendemos fazer uma gestão
497 das condicionantes ambientais, controle de tempestividade, integração
498 com a ideia SISEMA que vem com essa vertente também de aumento
499 qualitativo da análise de licenciamento, aproveitamento das informações
500 de forma rotineira e atualizada dentro dos processos de licenciamento.
501 São várias vertentes que estão sendo construídas que no ano de 2021
502 continuarão a ser entregues. É preciso entender que a ótica do processo
503 físico, via SIAM, em que na SEMAD sempre praticou, ela está, aos
504 poucos, deixando de existir. Nós temos aí pouco mais de 600 processos
505 pendentes, físicos, que daqui a pouco não vamos ter mais e aí toda lógica
506 do sistema de licenciamento ambiental começa a ser usada 100%. Hoje
507 nós temos ainda 30% dos processos pendentes dentro do sistema e 70%
508 ainda físico. Então, ainda nós estamos, em 2021, certamente nós iremos
509 reduzir ainda mais esse número de processos físicos. Aí a necessidade de
510 compreender o sistema e acessá-lo e até participar dessa construção
511 desse projeto que tende a ser um projeto com uma entrega final muito
512 grande para a sociedade, para os empreendedores e também para os
513 órgãos públicos. O sistema de licenciamento ambiental está seguindo uma
514 ótica comum aos demais módulos que vêm sendo construídos, entregues.
515 O IEF entregou algumas partes do sistema, o módulo de registro de
516 categorias, agora de fauna. Tudo está calculado no portal que tem o nome
517 de Portal EcoSistemas. O interessante é que todos os módulos futuros,
518 que eventualmente sejam construídos, o sistema de outorga tem o
519 planejamento para meados do ano de 2021 também ser lançado, vai estar
520 dentro desse Portal EcoSistemas. Esses módulos lançados futuramente
521 sejam integrados, as informações ambientais começam a ser
522 comunicadas, então isso facilita a gestão da informação para decisões
523 estratégicas, para acesso da população, Conselheiros e todos os demais
524 interessados. Essa vertente de trabalhar com um portal com módulos de
525 serviços ambientais inseridos nesse portal e comunicando entre eles, isso
526 tende a fazer uma entrega mais substancial em termos de qualidade do
527 processo. E os módulos têm em comum um cadastro de pessoas físicas e
528 jurídicas, que ela é prévia ao acesso desses serviços ambientais e que
529 tem a intenção de identificar as responsabilidades administrativas ali, o
530 empreendedor. Quem está pedindo serviço ambiental? Então, essa é que
531 é a ótica do processo eletrônico a partir do dia 05 de novembro de 2019.
532 Nós vamos ser premiados com o sistema de outorga no ano de quem, que
533 também vai seguir a mesma ótica, e os sistemas, agora começam a ser

534 integrados. Quando nós construímos um sistema de licenciamento, a
535 gente vê a dificuldade que é. A legislação, ela se altera o tempo todo. Nós
536 temos um Projeto de Lei no congresso nacional, que é o 3.729, que tende
537 a colocar um regramento, balizar a legislação de todos os órgãos
538 ambientais e pode vir mais uma mudança grande. Então, para que a gente
539 conseguisse entregar um sistema, nós tivemos que reparticionar as
540 entregas em fases. Algumas fases já foram entregues, era condição da
541 própria operacionalização do sistema. E outras, principalmente sob as
542 qualitativas de análise, elas são entregas subseqüentes, principalmente o
543 pós-licenciamento, que está sendo construído agora. O que foi entregue,
544 etapas 1 e 2, então nós temos 3 etapas para a frente programadas, sendo
545 que a etapa 3 está em processo de execução atualmente. A gente tem
546 algumas dificuldades na legislação ambiental no sentido de transparência
547 das próprias etapas do processo de licenciamento. Nós temos uma
548 resolução CONAMA nº 237, que lá no artigo 10 coloca as etapas de
549 licenciamento, mas que se adequa mais a esfera federal. Na legislação
550 estadual, e aí é comum em vários estados isso acontecer, e municípios
551 também, o empreendedor e sociedade dificilmente conseguem visualizar
552 exatamente as etapas pelas quais o seu processo é tramitado dentro da
553 secretaria. Nós tivemos esse trabalho, ao formatar um processo
554 administrativo ambiental de licenciamento, que é identificar as etapas e
555 deixar elas bem transparentes para o usuário. A gente pegou as etapas do
556 processo administrativo geral, que é regido pela Lei nº 9.784 de 1999, em
557 nível federal e pela Lei nº 14.184 de 2002, em nível estadual, e nós
558 adaptamos ela e deixamos as etapas bem transparentes nos sistemas em
559 relação à esfera ambiental. Direito administrativo é do século XVIII, XVII,
560 então, a gente traduzindo direito ambiental da década de 1960 para cá, a
561 gente tem algumas dificuldades de parametrização dessas etapas. O
562 importante é que hoje no sistema nós conseguimos identificar exatamente
563 a fase de caracterização, uma fase de pré-análise, informações
564 complementares, como que isso acontece. O cadastramento de parecer
565 fica bem transparente no sistema. E a fase de emissão da decisão
566 propriamente dita com a emissão do certificado que fica disponível para o
567 empreendedor fazer um *download*, e tem um *QR Code*, que identifica a
568 legitimidade daquele certificado, no sentido do fiscal, realmente, conseguir
569 saber se aquele certificado foi emitido pela Secretaria de Meio Ambiente
570 do Estado de Minas Gerais ou não, então, a gente ganha também uma
571 segurança jurídica nesse processo. O que está hoje *online* é toda fase de
572 planejamento, que ela já é feita via Infraestrutura de Dados Espaciais,
573 onde a gente tem um georreferenciamento do empreendimento e a
574 incidência de critérios locais, de fatores de restrição ou vedação ali
575 na IDE. E, a partir dessa análise inicial do próprio empreendedor, ele
576 consegue percorrer a fase de caracterização do sistema, requerer sua
577 licença e o processo é tramitado por ele. E no final ele tem acesso à
578 decisão do processo de licenciamento. E as novas ferramentas que serão

579 entregues vêm complementar esse processo que já está em vigor. Aqui é
580 importante salientar que o sistema, é claro que não foi pensado o evento
581 da Covid-19, mas se não tivéssemos o sistema eletrônico, certamente
582 esse serviço ambiental, o licenciamento, esse instrumento estaria sendo
583 onerado bastante no ano de 2020. Com o sistema nós conseguimos, de
584 forma eletrônica, tramitar mais de 5.000 processos de licenciamento no
585 ano de 2020. Isso aí tem um efeito direto na economia também, então
586 existem vários ganhos do que já foi entregue em termos da
587 operacionalização do licenciamento no formato eletrônico. Dentro desse
588 formato eletrônico de processo existem alguns fluxos dentro do sistema,
589 então, a primeira etapa é percorrida pelo empreendedor. Têm 10
590 subetapas, que a gente chama de caracterização, onde a gente avalia a
591 questão da competência administrativa por processar aquele pedido. A
592 questão dos critérios locacionais, as documentações que serão devidas ao
593 empreendedor, é toda fase que a gente chama de *scoop* e *streaming*, que
594 é identificar as atividades que são passíveis de licenciamento e ver o
595 aprofundamento de documentos que lhes são inerentes. Isso fica bem
596 notório para o empreendedor que acessa o sistema e percorre para que a
597 sua solicitação seja consolidada nessa via eletrônica. E assim que o órgão
598 ambiental pega essa solicitação, ele faz uma análise inicial para verificar
599 se os documentos solicitados estão inseridos conforme pedido nos termos
600 de referência, na legislação, e aí se passa à análise meritória do processo
601 com a vistoria, elaboração das informações complementares, etc. A
602 primeira etapa para que o empreendedor consiga pedir o licenciamento é
603 se cadastrar hoje no Portal EcoSistemas. A gente tem um Registre Aqui e
604 o empreendedor registra o seu CPF, antes de constituir sua pessoa
605 jurídica ou ele próprio mediante o CPF peça o licenciamento, por exemplo,
606 de uma fazenda, etc. Ele precisa registrar, colocar o *e-mail*, identificar as
607 consultorias ambientais que eventualmente estejam participando daquele
608 processo, sejam habilitadas a participar do processo, a entregar
609 documentos, informações, etc. E depois ele aloca, realmente, qual pessoa
610 jurídica a qual empreendimento está relacionada, ou a pessoa física, como
611 se dá pelas atividades agrossilvipastoris na maior parte. E de posse dessa
612 pessoa física e jurídica, aí há uma necessidade de delimitação do
613 empreendimento, que é o local onde o licenciamento ambiental vai ser
614 executado, o local onde as atividades vão ser desenvolvidas. Ele percorre
615 essas 10 etapas da caracterização antes de se formar um processo de
616 licenciamento ambiental, onde coloca as informações ambientais que são
617 essenciais para que a análise de mérito seja feita. O sistema tem essa
618 linha do tempo, que é bem didática. O empreendedor consegue visualizar
619 o percurso da sua solicitação. Aqui ele consegue selecionar todas as
620 atividades que ele deseja, pediu o licenciamento, antes a gente tinha uma
621 limitação no SIAM da atividade principal, inclusive da transparência disso
622 para a sociedade, para o empreendedor, para os órgãos de controle
623 também. Agora ele consegue colocar todas as atividades, então se ele

624 tiver 30 atividades, todas elas vão ficar listadas. O processo de *streaming*,
625 que é a identificação da modalidade, do escopo, ele fica bem transparente
626 e fica assertivo. Essa fase de caracterização traz exatamente o que a
627 legislação ambiental, principalmente a Lei nº 217, coloca para caracterizar
628 aquela atividade de licenciamento ambiental. Essas são as etapas a serem
629 percorridas. Antes de se formar um processo, há uma avaliação formal
630 acerca do atendimento dos requisitos dessas etapas anteriores. Isso é
631 essencial para a melhoria da qualidade de análise, no sentido de não
632 deixar entrar processos faltando informações básicas. A informação
633 complementar, que pela legislação ambiental tem que ser uma exceção,
634 acaba que, no processo físico, onde você não tem uma análise preliminar
635 tão transparente e robusta, acaba você entrando em muita coisa e as
636 informações complementares acabam sendo banalizadas, isso aumenta
637 muito o número de informações complementares. Para vocês terem uma
638 noção, dos processos que entraram no SLA, apenas 30% tiveram
639 solicitações de informações complementares, ou seja, boa parte foi
640 resolvida nesse momento ainda pré-processual. Essa ferramenta de
641 geoprocessamento que agora estamos integrando com a IDE. No início do
642 ano que vem nós acreditamos que a IDE já consiga ser visualizada no
643 próprio sistema de licenciamento. O empreendedor, antes de alocar aqui
644 qual região que ele vai empreender, ele vai conseguir visualizar quais
645 atividades licenciadas já estão naquela região. Nós temos mais a chance
646 de coibir um pouco aquele fenômeno de fragmentação do processo.
647 Também, a gente consegue ter uma visualização um pouco melhor da
648 análise com relação à avaliação de impacto sinérgico e cumulativa. E as
649 informações, uma vez alocadas na SLA e comunicando com a IDE, a
650 gente já consegue essa transição da informação ambiental de forma
651 atualizada entre as duas principais ferramentas, dos dois principais
652 instrumentos de gestão ambiental no Estado de Minas Gerais, com relação
653 ao licenciamento. Após esse percurso do empreendedor dessas etapas,
654 gera-se a documentação que lhe é devida, e quando a legislação aponta
655 uma facultatividade no documento ele já vem aqui marcado de uma cor
656 diferente. Aqui também dá uma garantia, uma certa uniformidade da ação
657 das regionais. Como o sistema gera documentação tende a ter uma
658 uniformidade maior, ao menos nessa primeira etapa, antes de se formar o
659 processo. Importante também dizer que o nosso sistema já tem uma
660 integração com a Fazenda. Uma vez identificada a modalidade, o custo
661 atribuído a essa modalidade já consegue ser visualizado, então, gera-se
662 um DAE, um documento de arrecadação estadual, que o empreendedor
663 consegue ter o acesso, fazer o *download* e realizar o pagamento
664 diretamente no sistema, assim que o pagamento é feito, a solicitação já é
665 liberada para análise. Essa comunicação também dá segurança na
666 arrecadação e para o empreendedor do valor que ele está pagando. E
667 também essa segurança é o primeiro passo para que a gente consiga
668 realmente ter mais segurança jurídica na relação entre os atores ali

669 desenvolvidos no processo. Nós dividimos também o sistema antes de
670 formar o processo que a gente chama de solicitação e depois da formação
671 do processo nós chamamos de processo de licenciamento. As
672 numerações são diferentes. Assim que o órgão ambiental recebe aquela
673 solicitação do ambiente de caracterização, ela tem uma numeração mais
674 extensa. Essa solicitação, se ela for avaliada de forma positiva, o
675 deferimento em cima dessa solicitação ocasiona a formalização do
676 processo. O indeferimento ocasiona uma rejeição liminar daquele pedido.
677 O empreendedor pode até entrar com pedido de restituição de taxa sob
678 alegação de não prestação de serviço, em muitos casos, mas não há
679 como reaproveitar um valor após um indeferimento dessa solicitação inicial
680 por descumprimento de requisitos formais do processo de licenciamento ali
681 previsto na legislação ou então, a inépcia. A Inépcia nós colocamos essa
682 ferramenta um pouco similar com que acontece lá no Código de Processo
683 Civil, no artigo 319, no sentido de, uma vez que o empreendedor erre em
684 algum dado essencial, por exemplo, só dar um exemplo prático, às vezes o
685 empreendedor colocou 10 atividades, mas, na verdade, eram 11. Ele já
686 pagou. Com essa decisão pela inépcia ele consegue voltar atrás, corrigir
687 aquele dado que era essencial e não perder a taxa já paga. Isso é
688 essencial porque a gente vê que têm alguns erros, que muitas vezes é
689 problema até de enquadrar, de saber que aquela atividade está listada na
690 217. Essa ferramenta possibilita um pouco de racionalização na ação do
691 órgão ambiental, um pouco de justiça em alguns casos. O importante
692 também, nós trouxemos aqui no sistema de licenciamento, é o fato de que,
693 uma vez entregues os documentos, feito o *upload* dos documentos e
694 pagas as taxas, se o órgão ambiental demorar 10, 15 dias durante a pré-
695 análise, mas após a pré-análise detectar que toda a documentação está
696 correta, assim que ele formalizar o processo, a data de formalização
697 retroage àquele momento onde o empreendedor alocou a documentação
698 correta e fez o pagamento devido. Existe esse benefício do empreendedor
699 não ser onerado por um atraso do órgão ambiental nesse momento pré-
700 processual, sendo que muitas vezes ele precisa descumprir alguns prazos,
701 principalmente de renovação, formalizar um processo 120 dias antes. E a
702 gente tem alguns institutos que também têm benefícios caso ele formalize
703 o processo, que é o próprio instituto da denúncia espontânea, as
704 atividades do agronegócio, que o Decreto nº 47.838 inseriu, etc. Então,
705 esse momento, ele tem que ser garantido caso as informações ambientais
706 realmente estejam corretas. Na decisão do processo a gente tem outras
707 possibilidades, a emissão da licença, o indeferimento, o arquivamento e
708 um ato que nós colocamos aqui, que vem realmente com esse interesse
709 de sanear a caracterização, uma eventual informação incorreta durante
710 uma vistoria, tendo em vista que a informação da caracterização que vai
711 no certificado de licenciamento, todas as informações colocadas pelo
712 empreendedor têm que ser corretas. Então, se eu vou numa vistoria e
713 detecto que tem uma atividade além, que aquele empreendedor não

714 colocou, eu já tenho um processo formado, a única forma da gente corrigir
715 aquela informação e não perder aquele valor pago, é justamente
716 possibilitar que o empreendedor volte atrás, mude, altere as informações
717 entregues e, assim que ele acertar, o processo seja restaurado para que a
718 decisão final seja tomada. Aqui é um ambiente de análise. Aqui é
719 importante os ganhos em termos de prazo de licenciamento. Com sistema
720 de licenciamento o estado de Minas Gerais é o estado, hoje, que tem o
721 menor tempo de análise geral. Claro que entre as modalidades a gente
722 tem uma diferença substancial no licenciamento trifásico, bifásico com
723 EIA/RIMA, audiência pública do licenciamento simplificado, cadastro e
724 RAS, mas o importante é que o nosso prazo hoje, está fechando o ano
725 com o prazo médio de 15,5 dias. O segundo estado mais ágil seria o
726 Espírito Santo, com 19 dias. O sistema de licenciamento, é claro que não
727 teve alteração normativa, é mais de retirar etapas que não eram
728 necessárias. Por exemplo, a gente sabe o problema dos recursos
729 humanos, de ter profissionais de várias áreas de formação no estado,
730 então por meio de uma ferramenta eletrônica a gente consegue ter a
731 contribuição de vários profissionais ao redor do estado inteiro de forma
732 eletrônica ao mesmo tempo. E dentro da própria superintendência, as
733 áreas operacionais técnicas e jurídicas, conseguem inserir informação
734 complementar e enviar ao mesmo tempo. O que facilita, inclusive, o
735 cumprimento da legislação que fala que a informação complementar tem
736 que ser pedida uma única vez. Já que todos conseguem analisar ao
737 mesmo tempo, o processo está visível ali para todo mundo, a gente tem
738 uma queda muito grande do prazo de análise. Lembrando que muitas
739 vezes a gente transferia pastas físicas para uma regional que ficava
740 milhares de quilômetros, às vezes, longe da unidade competente para uma
741 contribuição de análise. Hoje, não, é instantâneo. Todo mundo faz análise,
742 tendo vista que o processo físico fica visível para todos analistas ali ao
743 mesmo tempo. Aí é só um exemplo, a informação é pedida e, às vezes, a
744 maior parte das informações já são trazidas no mesmo dia, retornado ou
745 argumentado no mesmo dia. A gente tem uma queda nos prazos
746 substancial, realmente, considerando o licenciamento. O sistema avisa o
747 empreendedor e a consultoria ambiental do transcurso dos prazos, se o
748 pedido ainda está no prazo, se está faltando poucos dias para acabar, se o
749 prazo está esgotado. O sistema não é engessado, ou seja, por mais que
750 se dê o enquadramento automático na fase de caracterização, nós
751 cumprimos também com o sistema a margem de discricionariedade que a
752 própria legislação concede aos analistas de alterar uma modalidade já
753 enquadrada mediante critério técnico, tanto no momento de pré-análise
754 quanto no momento de análise de processo. A decisão final fica
755 cadastrada. O motivo, ele obrigatoriamente tem que ser alocado. A
756 descrição das condicionantes ambientais é feita no sistema e assim que o
757 empreendedor tem acesso ao certificado, no verso do certificado já tem
758 acesso também às condicionantes ambientais aprovadas ou pelo COPAM

759 ou pelo próprio superintendente. Nós tivemos também um ganho
760 qualitativo grande de trazer a certidão de dispensa, de introduzir a certidão
761 de dispensa no sistema de licenciamento ambiental, porque à medida em
762 que ela foi introduzida, nós começamos a analisar os empreendimentos
763 que antes se autodeclaravam dispensados do licenciamento. E só nos
764 primeiros três, quatro meses de vigência do sistema, mais de 300
765 empreendimentos foram convocados ao licenciamento ambiental porque
766 antes eles se autodeclaravam dispensados, mas não eram. Nós tivemos
767 também essa melhoria em termos de fiscalização, mesmo que eletrônica,
768 com relação à situação de licenciamento ou não licenciamento. É
769 importante também que hoje os sete motivos da dispensa de
770 licenciamento possuem um certificado próprio para empreendedor que é
771 dispensado do licenciamento ele ter em mãos o exato motivo que a
772 legislação o dispensou do licenciamento. A certidão hoje não é genérica.
773 Todos os motivos previstos na legislação são trazidos ali no certificado. A
774 grande vantagem: todas as modalidades passam agora por uma
775 uniformidade no tratamento, no trâmite. A gente tem uma segurança maior
776 de como que é feita a análise para qualquer tipo de modalidade. Também
777 facilita o entendimento sociedade, órgão de controle, empreendedor ou os
778 próprios servidores com relação a esses estudos, e aí os novos produtos
779 que estão sendo elaborados. A gente já tem construído, está em fase de
780 programação, parecer eletrônico, recebimento de condicionantes com
781 controle de tempestividade, gestão do conteúdo das condicionantes via
782 sistema. Ferramentas de autotutela guardando histórico de uma decisão já
783 tomada. De você poder alterar uma decisão mediante uma justificativa e
784 guardando esse histórico de forma eletrônica também. E outros
785 requerimentos do empreendedor, geração de 2ª via de certificado, você
786 conseguir peticionar com mais de um CNPJ e CPF e ficar identificado isso
787 no seu certificado, fazendo um pouco mais de jus ao princípio da
788 economia processual, etc. A gente está melhorando também a base de
789 dados, começando a inserir ferramentas para gerenciar dados
790 econômicos, para realmente a gente presar ali pela sustentabilidade nas
791 vertentes social, ambiental e também econômica. Integração com a IDE.
792 Nós vamos lançar agora, no início do ano de 2021, um novo cadastro de
793 pessoas físicas e jurídicas. E um lançamento *online* de um treinamento,
794 tanto para os servidores quanto para os empreendedores, com relação ao
795 fluxo do novo cadastro, que vai ajudar muito alguns problemas que nós
796 tivemos no início com relação à operacionalidade desse cadastro, também
797 no entendimento do órgão ambiental, que era um pouco divergente. E é
798 isso. Basicamente eu queria trazer esse recado. Deixar esses contatos
799 para os Conselheiros que eventualmente não tenham acesso ou tenham
800 dificuldade no fluxo. Nós já passamos a forma de se fazer o acesso, mas
801 caso algum Conselheiro ainda não tenha esse acesso ou tenha alguma
802 dificuldade, é só entrar em contato nesses *e-mails*. Nós vamos fornecer
803 esse acesso um pouco mais detalhado para que vocês consigam

804 gerenciar as informações dos empreendimentos em Minas Gerais e
805 também ter acesso, cada vez mais, com esses *upgrades* de ferramentas
806 que vão ser instaurados na SLA em 2021 e também 2022. A gente tem um
807 panorama nos próximos quatro anos ainda de desenvolvimento do
808 sistema. Eu fico aí, caso alguém tenha dúvida, fico à disposição.”
809 Presidente Kamila Borges Alves: “Obrigada, Daniel. Se algum Conselheiro
810 tiver algum questionamento, algum comentário a fazer, quiser levantar a
811 mão, a gente passa a palavra para vocês. Bom, pessoal, não havendo
812 nenhum questionamento, Daniel, eu te agradeço. A gente que trabalha dia
813 a dia com essa ferramenta sabe da importância e da dimensão que isso
814 criou dentro do nosso cotidiano, dentro do nosso trabalho, o quanto essa
815 ferramenta está sendo importante e facilita tanto pra gente que está aqui
816 no órgão ambiental, mesmo para quem busca sua regularização
817 ambiental, a facilidade disso é ímpar. Acho que a gente não viveu dentro
818 da SEMAD um momento tão bacana em relação ao uso de tecnologia para
819 nossa análise. Muito bom mesmo.” Conselheira Tatiana Tannús Grama:
820 “Kamila.” Presidente Kamila Borges Alves: “Pois não, Tatiana.”
821 Conselheira Tatiana Tannús Grama: “Eu levantei a mão. Eu não sei se
822 apareceu.” Presidente Kamila Borges Alves: “Isso. Tá bom. Eu passo a
823 palavra para você, Tatiana.” Conselheira Tatiana Tannús Grama: “Daniel,
824 parabéns. Realmente, a Kamila já fez a fala de elogio que eu ia fazer.
825 Muito legal. Eu acho que vocês têm um case, tem muito prêmio que a
826 gente vê em alguns órgãos que premiam iniciativas dessa experiência que
827 vocês fizeram. Eu acho que vocês devem olhar isso também porque eu
828 acho que você foi até tímido no começo quando você falou dos ganhos. Eu
829 acho que eles vão muito além do que você falou. Mas eu queria só te
830 perguntar, porque não ficou muito claro para mim, se terceiros podem
831 consultar. A gente tem a lei de dados, que surgiu agora. Eu não sei nem
832 se vocês tiveram que adaptar esse sistema a essa lei de dados, mas
833 assim, o jornalista que queira saber sobre um licenciamento ambiental, ele
834 pode entrar? Ele pode se cadastrar? Como que é isso. Obrigada, Daniel.”
835 Daniel Gonçalves, SEMAD: “Obrigado. Com relação ao acesso, toda
836 documentação dos processos é visível independente de cadastro dentro
837 do portal. Se alguém da sociedade precisar de uma informação de
838 documento, hoje, é só acessar o portal. Não precisa se cadastrar, já tem
839 acesso à toda documentação. Existe um acesso que a gente, hoje, dá um
840 pouco diferenciado. O Ministério Público já tem acesso ao sistema,
841 Conselheiros também e com esse acesso um pouco diferenciado vocês
842 conseguem ter a informação de todo fluxo de caracterização dos
843 processos que nem entraram ainda, muitas vezes. Aquele fluxo de
844 caracterização, ele está disponível para um acesso ainda diferenciado. A
845 documentação do processo está para todo mundo, independentemente de
846 cadastro. Esse fluxo mais completo, uma linguagem um pouco mais
847 elaborada com relação a essas etapas prévias, ainda está mediante
848 cadastramento das pessoas. Por exemplo, os Conselheiros que desejarem

849 visualizar o fluxo completo, é preciso cadastrar no portal e a gente habilitar
850 o CPF para fazer esse acesso mais geral. Mas a gente já está fazendo
851 para um número enorme de pessoas, inclusive, os órgãos intervenientes,
852 que são os órgãos públicos. A gente também tenciona fazer um trabalho
853 desse acesso ao sistema de licenciamento para que eles também
854 consigam fazer a gestão da informação ambiental dentro daquilo que eles
855 precisam. A gente ainda está aí com essas vertentes, mas ainda é muito
856 novo. O importante hoje é que os documentos não precisam mais ser
857 pedido vista do processo para ter acesso, basta acessar o portal. Os
858 Conselheiros e órgãos de controle, a gente está fazendo esse acesso
859 mediante requisição. Os promotores, por exemplo, já nos passaram todos
860 os seus CPFs na lista, a gente proveu acesso de todos dentro do sistema,
861 só que a gente ainda quer melhorar a ferramenta do acesso da população.
862 A gente já fez uma melhoria, que é hoje a sociedade já consegue ter
863 acesso ao georreferenciamento. Além dos documentos, eles conseguem
864 visualizar se aquele empreendimento está próximo dele ou não está. E
865 agora, com as novas ferramentas, a gente vai possibilitar que haja uma
866 participação dos interessados dentro desse processo eletrônico. Hoje a
867 relação ainda é muito empreendedor/órgão ambiental, no formato
868 eletrônico, é claro que a legislação exige outras participações, sociedade
869 principalmente. A gente quer que isso seja facilitado. Para aquele membro
870 da população que hoje visualiza se esse empreendimento está próximo
871 dele e que eventualmente possa ter impacto, os estudos ambientais
872 conseguiram se pronunciar dentro daquele processo, independentemente
873 de ter uma audiência pública ou não, de estar vinculado a um EIA/Rima ou
874 não. A gente tem várias questões ainda para serem aperfeiçoadas, porque
875 essa lógica do aumento da qualidade, de não só do aumento da eficácia,
876 porque efetividade e eficiência são outros parâmetros, aí é preciso de um
877 projeto contínuo. A gente não está entregando, ainda, a ferramenta da
878 forma como a legislação ambiental necessita e preza. A gente precisa
879 avançar muito ainda, por isso que essa participação de todos é importante
880 para a gente continuar mantendo esse projeto ainda em operação por
881 muito tempo.” Presidente Kamila Borges Alves: “Mais alguém? Tatiana,
882 muito obrigada pelas suas observações. É importante isso para a gente,
883 esse *feedback*. Saber que a gente está realmente no caminho, produzindo
884 coisas que serão utilizadas de uma forma muito consciente por nós e que
885 isso seja também bom para todo mundo. Obrigada, Daniel.” **7. Processo**
886 **Administrativo para exame de requerimento para Intervenção**
887 **Ambiental decorrente da supressão de vegetação secundária em**
888 **estágio médio ou avançado de regeneração do Bioma Mata Atlântica**
889 **localizados em áreas prioritárias para a conservação da**
890 **biodiversidade, não vinculados ao Licenciamento Ambiental:**
891 Presidente Kamila Borges Alves: “Vamos passar para o próximo item, que
892 é o Item 7, que agora a gente passa para deliberação de processos. Como
893 eu disse na reunião anterior, os votos são nominais, portanto, eu vou falar

894 o nome de cada um de vocês durante a votação. E vou também fazer a
895 leitura por blocos e vocês vão pedir destaque, levantando a mão, naqueles
896 itens que vocês querem se manifestar. Ok? Então, vamos lá. Item 7.
897 Processo Administrativo para exame de requerimento para Intervenção
898 Ambiental decorrente da supressão de vegetação secundária em estágio
899 médio ou avançado de regeneração do Bioma Mata Atlântica localizados
900 em áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade, não
901 vinculados ao Licenciamento Ambiental. Item 7.1. Água Viva Poços
902 Artesianos Ltda./Fazenda Cachoeirinha, Córrego Grande e Capim Branco -
903 Pecuária - Araguari/MG - PA/Nº 06050000412/18 - Área Requerida:
904 85,7700 ha - Área Passível de Aprovação: 0,0000 ha. Fitofisionomia:
905 Floresta Estacional Semidecidual Montana. Estágio de Regeneração:
906 Médio. Apresentação: URFBio Triângulo. Como só tem esse item no item
907 7, eu coloco em discussão o Item 7.1. Se alguém quiser fazer o uso da
908 palavra, os Conselheiros, por favor, levantem a mão. A gente já tem alguns
909 Conselheiros. Eu vou passar a palavra agora para o Bertholdino, da
910 SIAMIG.” Conselheiro Bertholdino Teixeira: “Boa tarde, Kamila. Eu só
911 fiquei com uma dúvida nesse processo com relação, se não estou
912 enganado, no parecer lá fala que o bioma é Cerrado. E vocês estão
913 considerando só a questão da fitofisionomia?” Presidente Kamila Borges
914 Alves: “Bertholdino, eu vou passar para a equipe da URFBio Triângulo,
915 que analisou o processo, para tirar essa dúvida, mas eu acredito que seja
916 fitofisionomia mesmo, dentro do bioma Cerrado. Vamos ver com o pessoal.
917 Leonardo?” Leonardo: “Olá, Kamila. Boa tarde. Boa tarde senhores
918 Conselheiros. Vocês estão me ouvindo bem? Ok. Olá, Bertholdino. Em
919 relação à área, realmente, o mapa antigo do IBGE, que trata da Lei da
920 Mata Atlântica, encontra-se mesmo bioma Cerrado, correto? E a revisão
921 do mapa, que saiu recentemente, enquadra com o bioma Mata Atlântica.
922 Só que esse mapa novo ainda não está regularizado, então, fiz essa
923 menção no processo e pode, sim, ter causado essa confusão. Mas, para
924 fins legais, está no Bioma Cerrado, só que com fitofisionomia de Floresta
925 Estacional Semidecidual. Correto, Bertholdino? E pelo mapa novo ele está
926 inserido no bioma Mata Atlântica. Não sei se eu fui claro.” Conselheiro
927 Bertholdino Teixeira: “Não, foi claro. Correto. Então, assim, está claro para
928 mim. Mas, agora, uma dúvida jurídica, Kamila, nesse caso, como que
929 funciona porque, na verdade, parece que a SEMAD ou IEF ainda não
930 estão oficialmente com esse mapa novo do bioma. Como que está
931 funcionando isso? É mais uma dúvida processual mesmo, tá, Kamila.”
932 Presidente Kamila Borges Alves: “Tá. Bertholdino, o que a gente está
933 utilizando é o que realmente está oficial para a gente. Isso está, inclusive,
934 lá no Portal EcoSistemas a informação das duas áreas. A gente tem lá,
935 tanto a área anteriormente demarcada pelo IBGE e a atual, mas nesse
936 momento, até que sobrevenha uma informação formal do Ministério do
937 Meio Ambiente, a gente está trabalhando com o mapa até então antes nos
938 apresentado, tá? Então, é isso. Agora, o IEF está fazendo algumas

939 observações quando se trata de exploração florestal. Por quê? Não pode,
940 por exemplo, uma exploração atual, hoje, se ela, no mapa atualizado, se
941 ela estiver na área hachurada como Mata Atlântica, daí isso serve para a
942 gente como alerta, de não prosseguir o processo ou verificar realmente a
943 decisão a ser tomada. Esses cuidados que a gente está tendo que
944 observar. Mas nesse caso do processo, pelo que eu entendi, é um pedido
945 de exploração florestal no bioma Cerrado, atualmente do que a gente tem
946 de informação formal, e que a fitofisionomia da área de exploração é
947 estacional semidecidual Montana, portanto, carrega as restrições
948 estabelecidas pela Lei nº 11.428 de 2006. Certo, Bertholdino?”
949 Conselheiro Bertholdino Teixeira: “Ok. Minha dúvida está sanada.”
950 Presidente Kamila Borges Alves: “Tá bom. Agora passo a palavra para o
951 Charles Campos, da SEDE.” Conselheiro Charles Rodrigues: “Boa tarde
952 de novo. Minha dúvida é processual. Por que esse parecer que está sendo
953 indeferido, está sendo avaliado aqui, uma vez que, no meu entendimento,
954 como ele foi indeferido pelo próprio IEF, talvez ele não tivesse nem que vir
955 para essa câmara. Essa câmara é para decidir sobre processo de
956 intervenção em Mata Atlântica e em áreas prioritárias, mas quando eles
957 são deferidos, se ele foi indeferido em IEF, talvez não tivesse que vir para
958 cá. Não sei. É isso que quero entender, se, realmente, é só uma dúvida,
959 se realmente ele teria que vir para cá.” Presidente Kamila Borges Alves:
960 “Charles, então, sim, Conselheiro, porque, na verdade, nosso parecer, ele
961 é opinativo. Ele dá sustentação para vocês tomarem uma decisão. Isso
962 quer dizer que entrou o requerimento para a gente, isso no caso do IEF. A
963 gente vê a competência de julgamento, se a competência é do supervisor
964 do IEF ou do conselho, dependendo do tipo de requerimento. Nesse caso,
965 quando esse processo entrou com pedido de requerimento de exploração
966 florestal de vegetação associada ao bioma da Mata Atlântica dentro da
967 área prioritária para conservação, o decreto que define as nossas
968 competências já dispõe que ele tem que ser decidido aqui nessa unidade,
969 o nosso parecer opinativo, então a gente ainda não trabalhou ele. A gente
970 deu o nosso ponto de vista e está aqui para vocês nos acompanharem,
971 seguindo o parecer, daí não precisa justificar o voto. Caso alguém vote
972 contrário ao nosso parecer, aí tem que motivar, explicar e fazer todas as
973 motivações. Certo, Conselheiro?” Conselheiro Charles Rodrigues:
974 “Entendi, então, mesmo que ele esteja sendo indeferido pelo órgão
975 competente, mesmo assim, ele passa por aqui para avaliação.” Presidente
976 Kamila Borges Alves: “É. Na verdade, ele não passou indeferido. A nossa
977 sugestão é de indeferimento. Ele vai ser ou não indeferido nesse
978 momento, quando for votado por vocês. Tá bom?” Conselheiro Charles
979 Rodrigues: “Entendi.” Presidente Kamila Borges Alves: “Então, não
980 havendo mais discussão, eu coloco em votação o Item 7.1. Vamos
981 aguardar a planilha com o nome de todos os pareceres para fazer a
982 votação nominal. Conselheiro da SEAPA, José Roberto da Silva, como
983 vota? Zé Roberto, é liberar o microfone e falar o seu voto. Se é favorável

984 ou contrário ao parecer do IEF, da URFBio Triângulo, ou seja, se...”
985 Conselheiro José Roberto da Silva: “Favorável.” Presidente Kamila Borges
986 Alves: “Favorável significa, Conselheiros, acompanhar o parecer do IEF.”
987 Conselheiro José Roberto da Silva: “Da SEMAD.” Presidente Kamila
988 Borges Alves: “Pelo indeferimento.” Conselheiro José Roberto da Silva:
989 “Isso. Correto. Obrigado.” Presidente Kamila Borges Alves: “Muito
990 obrigada. Como que vota a SEDE, Charles?” Conselheiro Charles
991 Rodrigues: “A SEDE acompanha como favorável.” Presidente Kamila
992 Borges Alves: “Linamar Gonçalves de Souza, como vota? A Meire que
993 está, né?” Conselheira Meire Aparecida Godoy G: “Oi, está me ouvindo?”
994 Presidente Kamila Borges Alves: “Estamos, Meire.” Conselheira Meire
995 Aparecida Godoy G: “Sou favorável.” Presidente Kamila Borges Alves:
996 “Certo. Obrigada, Meire. Carla Vieira, da SEINFRA?” Conselheira Carla
997 Vieira Alvarenga: “Sou favorável.” Presidente Kamila Borges Alves:
998 “Renato, da EPAMIG.” Conselheiro Renato Manzan: “Favorável.”
999 Presidente Kamila Borges Alves: “Rugislaine, do IMA?” Conselheira
1000 Rugislaine Zoppa: “Favorável.” Presidente Kamila Borges Alves: “Michel,
1001 do CREA?” Conselheiro Michel Rodrigues: “Boa tarde a todos. Nesse
1002 processo eu vou me abster porque, sinceramente, eu não tive acesso ao
1003 processo para emitir um parecer técnico favorável ou desfavorável. Então,
1004 nesse processo eu vou me abster.” Presidente Kamila Borges Alves: “Tá
1005 certo, Michel. Eu volto para a Polícia Militar, 1º Tenente Cristiano Corrêa?”
1006 Conselheiro 1º Ten. Cristiano Corrêa: “Kamila, favorável.” Presidente
1007 Kamila Borges Alves: “Pessoal, eu estou com o Conselheiro Roberto
1008 Parente, da ARPA. Ele está aqui em viva voz. Ele não conseguiu acessar,
1009 entrar na nossa sala, e para eu não perder a ligação, eu estou
1010 perguntando aqui para ele o voto para a gente deixar registrado. Sr.
1011 Roberto, o senhor é favorável ou contra o parecer do Item 7.1?”
1012 Conselheiro Roberto Parente: “Estou de acordo, sim. Sou favorável.”
1013 Presidente Kamila Borges Alves: “Tá certo, senhor Roberto. Muito
1014 obrigada. Vamos voltar, então? Dr. Carlos Alberto Valera, do MP?”
1015 Conselheiro Carlos Valera: “Abstenção pelos motivos já declinados,
1016 Kamila.” Presidente Kamila Borges Alves: “Obrigada, doutor. Prefeitura de
1017 Uberlândia, Maria Clara?” Conselheira Maria Clara Machado: “Favorável.”
1018 Presidente Kamila Borges Alves: “Maria Eduarda, da FIEMG?” Conselheira
1019 Maria Eduarda Rodrigues: “Favorável.” Presidente Kamila Borges Alves:
1020 “João Henrique Vieira, da FAEMG?” Conselheiro João Henrique Vieira:
1021 “Favorável.” Presidente Kamila Borges Alves: “Bertholdino, da SIAMIG?”
1022 Conselheiro Bertholdino Teixeira: “Eu sou favorável, mas eu queria deixar
1023 uma observação, Kamila, fazer uma observação junto à SEMAD e ao IEF
1024 para que definisse, deixasse claro qual mapa do bioma será, como que o
1025 estado vai proceder daqui para frente, principalmente com a definição do
1026 novo mapa de bioma, porque fica uma dúvida. Nesse caso, o técnico
1027 esclareceu, eu entendo que está dentro do mapa do bioma da Mata
1028 Atlântica, agora fica muito claro, mas podem aparecer outras situações um

1029 pouco mais complexas. Essa não, essa está muito clara e eu sou favorável
 1030 ao parecer da SEMAD e do IEF.” Presidente Kamila Borges Alves: “Isso
 1031 quer dizer, Bertholdino, que a SIAMIG vai fazer por causa própria um
 1032 requerimento para a SEMAD e para o IEF. A gente não vai colocar nada
 1033 aqui em deliberação.” Conselheiro Bertholdino Teixeira: “Sim, com certeza.
 1034 Só observação, mesmo.” Presidente Kamila Borges Alves: “Tá bom.
 1035 Anderson Aprígio, da ABRAGEL?” Conselheiro Anderson Cunha:
 1036 “Favorável ao parecer.” Presidente Kamila Borges Alves: “Obrigada.
 1037 Tatiana, da AMEDI?” Conselheira Tatiana Tannús Grama: “Favorável.”
 1038 Presidente Kamila Borges Alves: “Marizélia, do Instituto Agronelli?”
 1039 Conselheira Marizélia Costa: “Favorável, Kamila.” Presidente Kamila
 1040 Borges Alves: “Eduardo, da UEMG?” Conselheiro Eduardo Ferreira:
 1041 “Favorável ao parecer.” Presidente Kamila Borges Alves: “Mauro, da
 1042 IFTM?” Conselheiro Mauro Mendonça: “Favorável.” Presidente Kamila
 1043 Borges Alves: “Felipe, da OAB? Felipe, você está na sala?” Conselheiro
 1044 Felipe Almeida: “Boa tarde, Kamila. Consegue me ouvir? Meu voto é
 1045 favorável.” Presidente Kamila Borges Alves: “Certo. Então, o parecer do
 1046 IEF foi aprovado e manteve o indeferimento do requerimento de
 1047 exploração florestal, pela maioria. A gente está conversando porque o
 1048 senhor Roberto está conosco, ele está assistindo, mas ele está sem
 1049 microfone, então, a gente está tendo que conciliar os nossos tempos para
 1050 ele conseguir acompanhar nossa reunião.” **8. PROCESSOS**
 1051 **ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE RECURSO AO**
 1052 **INDEFERIMENTO DE INTERVENÇÃO AMBIENTAL:** Presidente Kamila
 1053 Borges Alves: “Mas vamos passar para o Item 8: Processo Administrativo
 1054 para Exame de Recurso ao Indeferimento de Intervenção Ambiental. Eu
 1055 vou fazer a leitura por bloco porque esse, sim, tem mais de um item. E
 1056 quem tiver algum destaque, se manifeste, por gentileza. Item **8.1** Edson
 1057 Donizete de Sousa/Fazenda São Gonçalo - Pecuária - São Gonçalo do
 1058 Abaete/MG - PA/Nº 11030000072/18 - Área Requerida: 5,5269 ha - Área
 1059 Passível de Aprovação: 0,0000 ha. Fitofisionomia: Cerrado Sensu Stricto.
 1060 Estágio de Regeneração: Não se aplica. Apresentação: URFBio Alto
 1061 Paranaíba. Algum destaque? Destaque do Bertholdino. Item **8.2** Maria
 1062 Bernadete Pacheco/Fazenda Valadares - Regularização da supressão
 1063 destinada a infraestrutura de residência de moradia unifamiliar - São
 1064 Gotardo/MG - PA/Nº 11030000214/19 - Área Requerida: 0,0700 ha - Área
 1065 Passível de Aprovação: 0,0000 ha. Fitofisionomia: Floresta Estacional
 1066 Semidecidual Montana. Estágio de Regeneração: Inicial. Apresentação:
 1067 URFBio Alto Paranaíba. Algum destaque? Bertholdino, você está com sua
 1068 mão levantada, eu não sei se é do item 8.1 ou se é do Item, agora
 1069 novamente do 8.2. Fala para mim, por favor.” Conselheiro Bertholdino
 1070 Teixeira: “Kamila, é até uma questão de ordem porque, na verdade, eu
 1071 acho que vai ser para todos os processos, próximos processos. Eu não sei
 1072 se a gente já pode esclarecer todos de uma vez porque aí facilita o
 1073 processo de votação ou eu levanto a mão para cada um deles, mas eu

1074 acho que a dúvida vale para todos.” Presidente Kamila Borges Alves: “Eu
1075 deixo o seu registro e se a gente conseguir resolver no Item 8.1 a sua
1076 dúvida, para os demais não teria o seu destaque. Então, eu vou manter a
1077 leitura do bloco, Bertholdino, porque às vezes alguém pode ter aí também
1078 algum interesse de manifestação, mas fica o seu registro que você tem
1079 destaque em todos os itens. Item **8.3** Hélio Francisco de Moura/Fazenda
1080 Córrego São Bento - Agropecuária - Carmo do Paranaíba/MG GOVERNO
1081 DO ESTADO DE MINAS GERAIS Secretaria de Estado de Meio Ambiente
1082 e Desenvolvimento Sustentável Conselho Estadual de Política Ambiental –
1083 COPAM Secretaria Executiva- PA/Nº 11030000142/17 - Área Requerida:
1084 0,4000 ha - Área Passível de Aprovação: 0,0000 ha. Fitofisionomia:
1085 Cerradão. Estágio de Regeneração: Não se aplica. Apresentação: URFBio
1086 Alto Paranaíba. Esse item, a pedido da URFBio Alto Paranaíba, será
1087 retirado de pauta. Eles precisam verificar uma questão da reserva legal.
1088 Nesse item também a gente tinha um destaque, não de Conselheiro, mas
1089 de público geral, que é um destaque da Giúlia, mas em razão da retirada
1090 de pauta, o pedido agora de destaque do público perde objeto, vem para
1091 próxima reunião para a gente poder, então, discutir. Item **8.4** Beatriz
1092 Santana de Novais/Fazenda Conceição - Agricultura - Patos de Minas/MG
1093 - PA/Nº 11030000279/18 - Área Requerida: 1,7501 ha - Área Passível de
1094 Aprovação: 0,0000 ha. Fitofisionomia: Floresta Estacional Semidecidual
1095 Montana. Estágio de Regeneração: Médio. Apresentação: URFBio Alto
1096 Paranaíba. A gente tem um inscrito do público geral, tem ainda destaque
1097 do Charles.” Conselheiro Charles Rodrigues: “Kamila, desculpe
1098 interromper.” Presidente Kamila Borges Alves: “Pois não.” Conselheiro
1099 Charles Rodrigues: “Meu destaque é geral, talvez seja até o mesmo do
1100 Bertholdino, não sei. Meu destaque é geral também. Uma dúvida que eu
1101 quero esclarecer.” Presidente Kamila Borges Alves: “Tá bom. Então, todos
1102 tiveram destaque, a gente volta então para o Item 8.1. Bertholdino, qual é
1103 o seu destaque?” Conselheiro Bertholdino Teixeira: “Então, Kamila, na
1104 verdade, é uma dúvida com relação a todos os processos porque nós
1105 tivemos acesso ao material que mandaram para a gente, e lá fala que o
1106 técnico, o supervisor analisou o processo e todos eles, eu estou
1107 entendendo que são recursos administrativos. Ele coloca lá que está
1108 indeferido, que mantém o indeferimento, mas ele não coloca no parecer a
1109 causa e porque que está sendo indeferido. Ele simplesmente, ele faz toda
1110 parte legal, faz tudo certinho, mas lá na conclusão ele só fala que mantém
1111 o posicionamento, uma palavra nesse sentido, mas nenhum parecer está
1112 explicando o porquê de um novo indeferimento. Tudo bem. Pode ser que
1113 ele está reportando ao primeiro parecer de indeferimento, mas como a
1114 gente não teve acesso ao primeiro parecer da análise, fica difícil da gente
1115 fazer essa análise agora. Porque ele simplesmente fala, ele mantém o
1116 posicionamento. Mas qual é o posicionamento dele? Eu não sei porque
1117 não está nesse parecer. Tudo bem. Pode estar no outro parecer, mas eu
1118 acho que prejudica as análises aqui.” Presidente Kamila Borges Alves: “Tá,

1119 deixa eu passar para a equipe da URFBio Alto Paranaíba, Bertholdino.
1120 Deixa eles fazerem um breve histórico para ver se a gente consegue
1121 manter esses processos aqui em deliberação, e se vocês se sentirem
1122 confortáveis, a gente segue, caso contrário, se a ausência desses
1123 documentos realmente está dificultando para vocês, a gente retira esses
1124 processos de pauta. Mas vamos lá.” Conselheiro Charles Rodrigues:
1125 “Kamila, desculpa interromper, mas só para adiantar. O meu destaque é o
1126 mesmo. Não precisa nem me chamar.” Presidente Kamila Borges Alves:
1127 “Tá certo. Combinado. Então, vamos lá. Não sei quem está sala, se é o
1128 Frederico, se é o Clayton, do IEF Alto Paranaíba. Um pouquinho de
1129 paciência, pessoal. Eu vou ligar para eles.” Viviane Brandão: “Boa tarde.
1130 Estão me escutando?” Presidente Kamila Borges Alves: “Estamos te
1131 escutando.” Viviane Brandão: “Oi, Kamila.” Presidente Kamila Borges
1132 Alves: “Oi. Viviane, os Conselheiros, eles sentiram falta de algumas
1133 informações, em especial o parecer anterior que já se manifestou pelo
1134 requerimento e que agora entrou com recurso e vocês refizeram a análise.
1135 Então, seria um breve histórico de como foi a primeira análise, o motivo do
1136 recurso. E agora, por que vocês mantêm a sugestão pelo indeferimento.”
1137 Viviane Brandão: “Esse é o processo do Edson Donizete. Eu perdi um
1138 pouco da fala do Bertholdino porque eu estava tentando conectar com
1139 Zoom, eu estou no celular, não consigo acessar o computador.” Presidente
1140 Kamila Borges Alves: “Mas é isso, Viviane, na verdade, o que ele
1141 questionou é que está sem informações para poder julgar o processo.
1142 Então, o que eu queria pedir para você? No caso do Item 8.1, do Edson
1143 Donizete de Souza, que você faça um breve histórico. O que é o
1144 requerimento, como é que foi a sua primeira análise e por que do
1145 indeferimento, e depois o recurso, e agora a análise novamente de vocês.”
1146 Viviane Brandão: “Então, esse processo foi feito na época pelo César, que
1147 está em Belo Horizonte. E foi uma supressão de 5,5269 ha para
1148 pastagem. E o que ele alega no anexo 3 do parecer único do SIM, é que
1149 houve cômputo de APP na reserva legal. E isso faz com que inviabilize
1150 novas conversões de uso alternativo do solo, segundo o artigo 35, da Lei
1151 nº 20.922 de 2013. Também foi proposta uma reserva legal para retirar
1152 essa APP da reserva, mas por critério técnico, o César não aprovou essa
1153 nova área de reserva legal. E a área solicitada também, ele fala que é uma
1154 área, que ele solicita para intervenção, é uma área de proteção da área de
1155 captação de abastecimento público do município de São Gonçalo do
1156 Abaeté. Então, é uma área muito que deve ser preservada por essa
1157 condição, de ser uma área de captação de recurso hídrico para a cidade.
1158 Então, por isso o motivo do indeferimento, inclusive, a COPASA, o
1159 Ministério Público, na época, tem no verso, que eles entraram com essa
1160 manifestação alegando esse parecer deles.” Presidente Kamila Borges
1161 Alves: “Viviane, o que foi alegado no recurso? Alguma coisa que
1162 desqualifique a análise feita anteriormente?” Viviane Brandão: “O recurso
1163 eu não tive tempo de ler, não. Mas se você quiser, posso dar uma

1164 olhadinha. Eu estou com o processo aqui.” Presidente Kamila Borges
1165 Alves: “Não. Eu acho, pessoal, que a gente precisa tirar esses processos
1166 de pauta, trazer para próxima reunião com as informações corretas. A
1167 gente não vai prosseguir com a deliberação de nenhum deles. Então, eu
1168 retiro de pauta o Item 8.1, Item 8.2, Item 8.3 e Item 8.4.” **9. PROCESSOS**
1169 **ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE RECURSO AO**
1170 **ARQUIVAMENTO DE INTERVENÇÃO AMBIENTAL:** Presidente Kamila
1171 Borges Alves: “Vamos para o Item 9. Processos Administrativos para
1172 exame de Recurso ao Arquivamento de Intervenção Ambiental. Item **9.1**
1173 Jose Luiz da Silva/Fazenda Candeias - Agropecuária - Carmo do
1174 Paranaíba/MG - PA/Nº 11030000301/18 - Área Requerida: 63,7940 ha -
1175 Área Passível de Aprovação: 0,0000 ha. Fitofisionomia: Não se aplica.
1176 Estágio de Regeneração: Não se aplica. Apresentação: URFBio Alto
1177 Paranaíba. Algum destaque?” Conselheiro Felipe Almeida: “Kamila, se me
1178 permite, Presidente, é até uma sugestão em razão dessa retirada de pauta
1179 dos anteriores. Uma sugestão para a próxima reunião seria o envio do
1180 PDF da íntegra de todos os processos administrativos para a gente dar
1181 uma lida, uma olhada neles na íntegra, para poder fazer uma melhor
1182 análise e exercer o voto de forma mais consciente.” Presidente Kamila
1183 Borges Alves: “Com certeza, Felipe. Com certeza. Muito obrigada.
1184 Bertholdino, esse eu posso explicar. Esse aqui, esses processos, por que
1185 eles foram levados para nossa unidade? Eles tiveram pedido de
1186 informação complementar e, dentro do prazo ou nem mesmo fora do
1187 prazo, a pessoa não se manifestou. E em razão disso, o processo foi
1188 arquivado e agora o requerente se insurge contra o arquivamento. Mas a
1189 gente fala que o arquivamento é que teria como a gente mudar o parecer
1190 se ele comprovar que naquele prazo que a gente estabeleceu para ele
1191 apresentar informação complementar, que ele, de fato, tenha feito a
1192 apresentação. E não é o que aconteceu nesses dois processos. Então,
1193 diante desse caso, não fica a pessoa impossibilitada não abrir outro
1194 processo, ele pode abrir novo processo e aí ter mais cuidados com os
1195 prazos e com o rito processual. Se você achar que está tudo certo, eu vou
1196 ler o outro e eu mantenho esses processos em pauta. Vamos lá. Item **9.2**
1197 Jose Luiz da Silva/Fazenda Candeias - Agropecuária - Carmo do
1198 Paranaíba/MG - PA/Nº 11030000400/18 - Área Requerida: 121,1500 ha -
1199 Área Passível de Aprovação: 0,0000 ha. Fitofisionomia: Não se aplica.
1200 Estágio de Regeneração: Não se aplica. Apresentação: URFBio Alto
1201 Paranaíba. Então, é isso, Conselheiros. Ambos processos foi pedido
1202 informação complementar. O requerente não apresentou. Não têm
1203 inscritos nesse processo para se manifestar. Eu coloco em votação o Item
1204 9.1 e 9.2. Vamos para a planilha. Vamos fazer a votação nominal.
1205 Conselheiro José Roberto, SEAPA? Conselheiro José Roberto da Silva:
1206 “Favorável.” Presidente Kamila Borges Alves: “Obrigada, José Roberto.”
1207 Conselheiro Charles Rodrigues, da SEDE? Conselheiro Charles
1208 Rodrigues: “Favorável.” Presidente Kamila Borges Alves: “Meire, da SEE?”

1209 Meire?” Conselheira Meire Aparecida Godoy G: “Oi, estou aqui. Eu sou
1210 favorável.” Presidente Kamila Borges Alves: “A gente vai se acostumando.
1211 Eu estou aqui com o senhor Roberto, em ligação. Senhor Roberto, eu vou
1212 pedir ao senhor se apresentar falando o seu nome completo e qual
1213 entidade representa, e que também faça o seu voto, por favor. Senhor
1214 Roberto?” Alô, senhor Roberto? Eu preciso que o senhor fale o seu nome
1215 completo e a entidade que representa.” Conselheiro Roberto Parente:
1216 “Roberto Parente Corrêa, represento a ARPA, meu voto é favorável.”
1217 Presidente Kamila Borges Alves: “O voto é como? Acompanha o parecer
1218 do IEF? Sim, já está registrado aqui o nome do senhor. Agora, preciso que
1219 o senhor me fale como é que o senhor vota.” Conselheiro Roberto
1220 Parente: “Voto favorável.” Presidente Kamila Borges Alves: “Tá bom,
1221 Senhor Roberto. Obrigada. Meire já votou favorável. Carla, da SEINFRA?”
1222 Conselheira Carla Vieira Alvarenga: “Favorável.” Presidente Kamila Borges
1223 Alves: “Renato, da EPAMIG.” Conselheiro Renato Manzan: “Favorável.”
1224 Presidente Kamila Borges Alves: “Rugislaine, do IMA?” Conselheira
1225 Rugislaine Zoppa: “Favorável.” Presidente Kamila Borges Alves: “Tenente
1226 Cristiano, da PMMG?” Conselheiro 1º Ten. Cristiano Corrêa: “Favorável.”
1227 Presidente Kamila Borges Alves: “Michel, do CREA?” Conselheiro Michel
1228 Rodrigues: “De acordo.” Presidente Kamila Borges Alves: “Dr. Carlos, do
1229 MP?” Conselheiro Carlos Valera: “Abstenção pelos motivos já declinados,
1230 Kamila. Obrigado.” Presidente Kamila Borges Alves: “Maria Clara,
1231 Prefeitura de Uberlândia?” Conselheira Maria Clara Machado: “Favorável.”
1232 Presidente Kamila Borges Alves: “Maria Eduarda, da FIEMG?” Conselheira
1233 Maria Eduarda Rodrigues: “Favorável.” Presidente Kamila Borges Alves:
1234 “João Henrique, da FAEMG?” Conselheiro João Henrique Vieira:
1235 “Favorável.” Presidente Kamila Borges Alves: “Bertholdino, SIAMIG?”
1236 Conselheiro Bertholdino Teixeira: “Favorável.” Presidente Kamila Borges
1237 Alves: “Anderson, da ABRAGEL?” Conselheiro Anderson Cunha:
1238 “Favorável.” Presidente Kamila Borges Alves: “Tatiana, da AMEDI?”
1239 Conselheira Tatiana Tannús Grama: “Favorável.” Presidente Kamila
1240 Borges Alves: “Marizélia, do Instituto Agronelli?” Conselheira Marizélia
1241 Costa: “Favorável.” Presidente Kamila Borges Alves: “Eduardo, da
1242 UEMG?” Conselheiro Eduardo Ferreira: “Favorável.” Presidente Kamila
1243 Borges Alves: “Mauro, IFTM?” Conselheiro Mauro Mendonça: “Favorável.”
1244 Presidente Kamila Borges Alves: “Felipe, da OAB?” Conselheiro Felipe
1245 Almeida: “Presidente, poderia me esclarecer só uma situação? Já que se
1246 trata de perda de prazo, existe nos autos que eu não tive acesso,
1247 comprovante do AR? O pessoal recebeu a intimação da decisão de
1248 indeferimento e perdeu o prazo?” Presidente Kamila Borges Alves: “Essa é
1249 uma condição para um parecer ser arquivado, Felipe. Mas eu vou
1250 confirmar. Ele já passou. A gente tinha que ter visto isso na discussão,
1251 mas...” Conselheiro Felipe Almeida: “É porque se tiver o comprovante que
1252 recebeu a intimação, meu voto é favorável.” Presidente Kamila Borges
1253 Alves: “Essa é uma situação que tem que ser saneada antes do processo

1254 ser arquivado, sabe? Essa é uma condição que está nos autos, tá?”
1255 Conselheiro Felipe Almeida: “Correto. Nesse sentido aí, eu vou votar
1256 favorável ao parecer.” Presidente Kamila Borges Alves: “Tá certo. Bom,
1257 então, pela maioria, os itens 9.1 e 9.2 foram aprovados.” **10. PROPOSTA**
1258 **DE AGENDA ANUAL PARA AS REUNIÕES DA UNIDADE REGIONAL**
1259 **COLEGIADA TRIÂNGULO MINEIRO DO COPAM, PARA O ANO DE**
1260 **2021. APRESENTAÇÃO: SUPRAM TM.** Presidente Kamila Borges Alves:
1261 “Agora a gente passa para o Item 10. Que é a Proposta de Agenda Anual
1262 para as reuniões do próximo ano. Vamos esperar o calendário. Vou
1263 esperar vocês colocarem o calendário novamente aqui para a gente. Nós
1264 vamos colocar aqui, pessoal. A data, Conselheiro. A gente mantém as
1265 reuniões, seriam quatro reuniões no ano. E a próxima reunião seria no dia
1266 11 de fevereiro de 2021, cairia numa quinta-feira, às 9h da manhã. Em
1267 maio, no dia 14 de maio, numa sexta-feira. Agosto, no dia 13 de agosto,
1268 numa sexta-feira. E novembro, no dia 12, numa sexta-feira. Coloco em
1269 discussão essa agenda para que a gente delibere sobre ela. Tem algum
1270 Conselheiro que quer fazer alguma observação? A gente buscou as
1271 melhores datas, levando em consideração, inclusive, feriados e ainda
1272 considerando as datas de outras URCs que nós temos no estado, porque
1273 a gente tem uma equipe que precisa dar esse apoio de forma que não dá
1274 se a gente manter a reunião digital, a gente não consegue fazer ela de
1275 forma simultânea. Então, a gente considerou essas as melhores datas. Se
1276 todo mundo tiver de acordo, já que ninguém levantou a mão, eu coloco em
1277 votação, se todos estiverem de acordo, para que a gente aprove essas
1278 datas. Vamos lá. José Roberto, SEAPA? Tá de acordo com o calendário?”
1279 Conselheiro José Roberto da Silva: “Eu estou de acordo. Eu só queria uma
1280 informação: se seria presencial ou continuaria nessa plataforma?”
1281 Presidente Kamila Borges Alves: “José Roberto, a questão de ser
1282 presencial ainda estará relacionada ao momento que a gente está
1283 passando, pela pandemia. Então, a situação hoje, fevereiro continuaria de
1284 forma digital. Havendo possibilidade, isso vai ser revertido.” Conselheiro
1285 José Roberto da Silva: “Ok. Obrigado.” Presidente Kamila Borges Alves:
1286 “Charles, da SEDE?” Conselheiro Charles Rodrigues: “Favorável.”
1287 Presidente Kamila Borges Alves: “Meire?” Conselheira Meire Aparecida
1288 Godoy G: “Oi. Favorável.” Presidente Kamila Borges Alves: “Obrigada,
1289 Meire. Carla, da SEINFRA?” Conselheira Carla Vieira Alvarenga:
1290 “Favorável.” Presidente Kamila Borges Alves: “Renato, da EPAMIG?”
1291 Conselheiro Renato Manzan: “Favorável.” Presidente Kamila Borges Alves:
1292 “Rugislaine, do IMA?” Conselheira Rugislaine Zoppa: “Favorável.”
1293 Presidente Kamila Borges Alves: “Tenente Cristiano, da PMMG?”
1294 Conselheiro 1º Ten. Cristiano Corrêa: “Favorável.” Presidente Kamila
1295 Borges Alves: “Michel, CREA?” Conselheiro Michel Rodrigues: “Favorável
1296 ao calendário.” Presidente Kamila Borges Alves: “Doutor Carlos, MP?”
1297 Conselheiro Carlos Valera: “Abstenção pelos motivos já declinados,
1298 Kamila. Obrigado.” Presidente Kamila Borges Alves: “Maria Clara, da

1299 Prefeitura de Uberlândia?” Conselheira Maria Clara Machado: “Favorável.”
1300 Presidente Kamila Borges Alves: “Maria Eduarda, da FIEMG?” Conselheira
1301 Maria Eduarda Rodrigues: “Favorável.” Presidente Kamila Borges Alves:
1302 “João Henrique, da FAEMG?” Conselheiro João Henrique Vieira:
1303 “Favorável.” Presidente Kamila Borges Alves: “Bertholdino, da SIAMIG?”
1304 Conselheiro Bertholdino Teixeira: “Favorável.” Presidente Kamila Borges
1305 Alves: “Anderson, da ABRAGEL?” Conselheiro Anderson Cunha:
1306 “Favorável.” Presidente Kamila Borges Alves: “Tatiana, da AMEDI?”
1307 Conselheira Tatiana Tannús Grama: “Favorável.” Presidente Kamila
1308 Borges Alves: “Senhor Roberto. Vou falar com ele novamente por telefone,
1309 pessoal. Senhor Roberto, mais uma vez eu preciso que o senhor se
1310 identifique e fale se está de acordo com o cronograma que foi
1311 apresentado. Fale o nome do senhor completo e quem o senhor
1312 representa.” Conselheiro Roberto Parente: “Roberto Parente Correia.”
1313 Presidente Kamila Borges Alves: “De qual entidade, senhor Roberto?
1314 Senhor Roberto, eu não estou te ouvindo. O telefone do senhor está no
1315 silencioso. Pronto, senhor Roberto, mais uma vez. O senhor identifica, fala
1316 a entidade que o senhor representa e fala se está de acordo com o
1317 cronograma, com o calendário que a gente apresentou.” Conselheiro
1318 Roberto Parente: “Roberto Parente Correia.” Conselheiro Charles
1319 Rodrigues: “Ele tem que desligar lá a transmissão. Se ele não desligar o
1320 volume lá, ele não vai conseguir.” Presidente Kamila Borges Alves:
1321 “Senhor Roberto, o senhor vai baixar o volume da TV ou do computador
1322 do senhor para que a gente possa conversar.” Conselheiro Roberto
1323 Parente: “Roberto Parente Correia, ARPA, favorável ao calendário.”
1324 Presidente Kamila Borges Alves: “Muito obrigada, senhor. Roberto. Agora
1325 vamos para Marizélia, do Instituto Agronelli?” Conselheira Marizélia Costa:
1326 “Favorável, Kamila.” Presidente Kamila Borges Alves: “Eduardo, da
1327 UEMG?” Conselheiro Eduardo Ferreira: “Favorável.” Presidente Kamila
1328 Borges Alves: “Mauro, da IFTM?” Conselheiro Mauro Mendonça:
1329 “Favorável.” Presidente Kamila Borges Alves: “Felipe, da OAB?”
1330 Conselheiro Felipe Almeida: “Favorável ao calendário. Fica aqui no registro
1331 também para o estímulo das reuniões por videoconferência. Elas têm
1332 atendido de forma bacana a questão da votação, do voto consciente e
1333 também a redução de gastos para locomoção até ao estabelecimento da
1334 SUPRAM e até mesmo o tempo de deslocamento. Fica aí o meu estímulo
1335 à continuidade da videoconferência.” Presidente Kamila Borges Alves: “Tá,
1336 certo, Felipe. Registro feito. Vai constar em ata.” **11. ENCERRAMENTO.**
1337 Presidente Kamila Borges Alves: “Conselheiros, nós finalizamos nossa
1338 reunião agora, às 16h05” Conselheira Tatiana Tannús Grama: “Kamila,
1339 desculpa te interromper.” Presidente Kamila Borges Alves: “Tatiana, pois
1340 não.” Conselheira Tatiana Tannús Grama: “Só uma coisa. É que o Felipe
1341 deu a sugestão de envio do processo completo. Só que eu fui uma pessoa
1342 que pediu os processos e eu não consegui receber um deles porque,
1343 Felipe, são 80 páginas em PDF. Tem um que é 120 páginas em PDF, e aí

1344 teve um aqui da pauta que não veio para mim porque não sei se era
1345 pesado demais, enfim, então, assim, só alertando. Eu acho que não vai
1346 dar certo. Teria que ser um *link* para a gente acessar o processo completo,
1347 entendeu?” Presidente Kamila Borges Alves: “E é dessa forma. Como a
1348 gente tirou o processo de pauta, foi justamente por conta de toda essa
1349 situação. A falta de acesso a informações para vocês. Eu entendi que o
1350 técnico, a unidade, o IEF não estava tão por dentro do assunto que
1351 pudesse ajudar a gente aqui nesse momento, mas, o procedimento é
1352 esse. A gente tem que deixar um *link* para vocês do parecer que primeiro
1353 se manifestou, só que o requerimento, nós temos que dar acesso para
1354 vocês do recurso que a pessoa entrou quando daquela decisão e o
1355 parecer novamente. Então, tem que estar tudo *linkado* para vocês, tá
1356 certo? Se não foi, ficou errado, mas a gente resolve isso aí para a próxima
1357 reunião, para que vocês tenham toda condição de entender o que está
1358 sendo votado e poder se manifestar. Mas o registro está feito, muito
1359 obrigada, Tatiana. Obrigada também, Felipe. A Vânia, que é assessora da
1360 ASSOC, ela está presente, com certeza, Felipe, ela vai passar o seu ponto
1361 de vista quando ela e os dirigentes da SEMAD forem decidir sobre a
1362 continuidade ou não das reuniões digitais, quando a gente passar esse
1363 período que a gente está aí vivendo. Declaro encerrada a nossa reunião.”

*** **

APROVAÇÃO DA TRANSCRIÇÃO

Valéria Cristina Rezende
Secretária Executiva do Copam e Presidente da URC Triângulo
Mineiro